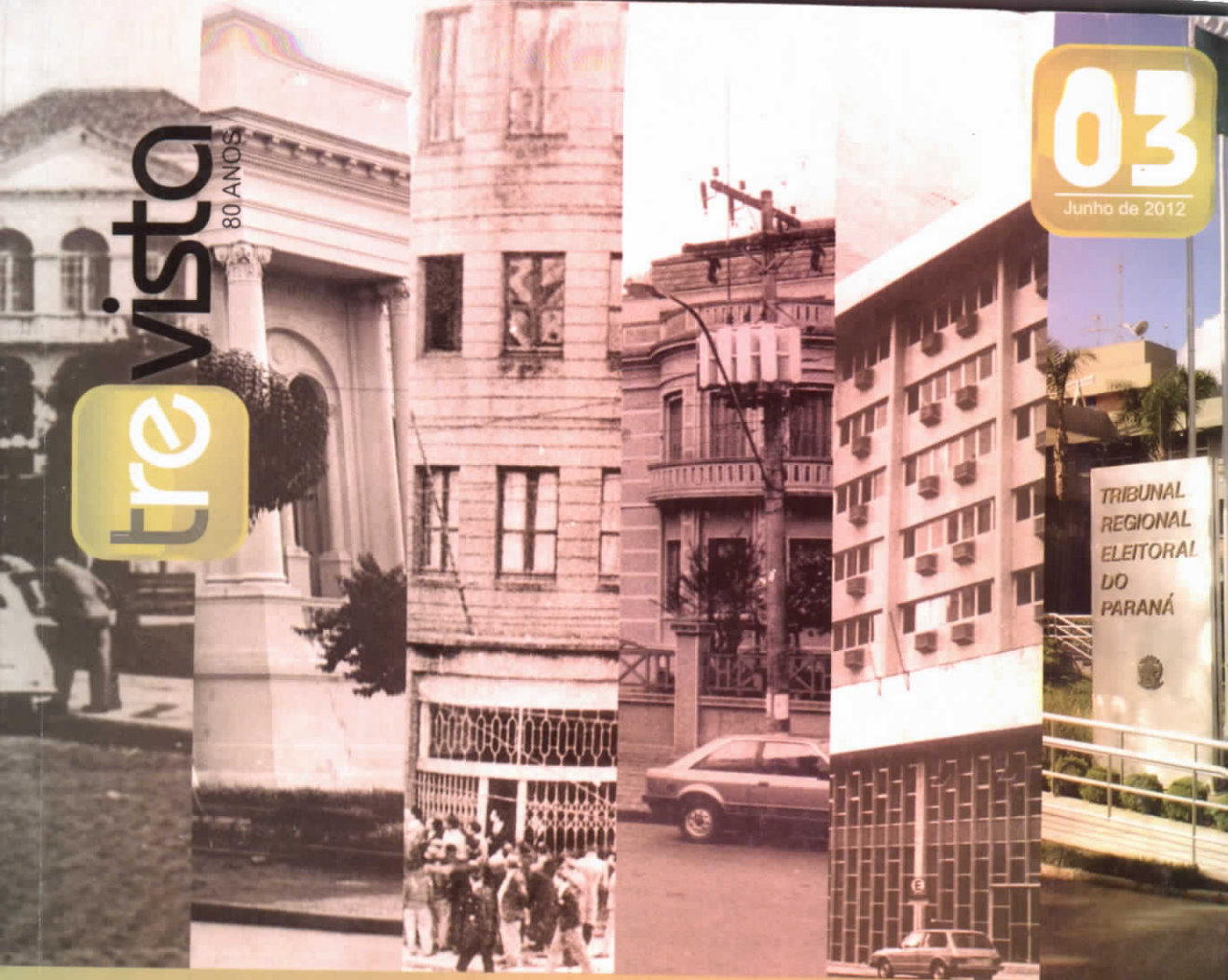


tre vista
80 ANOS

03

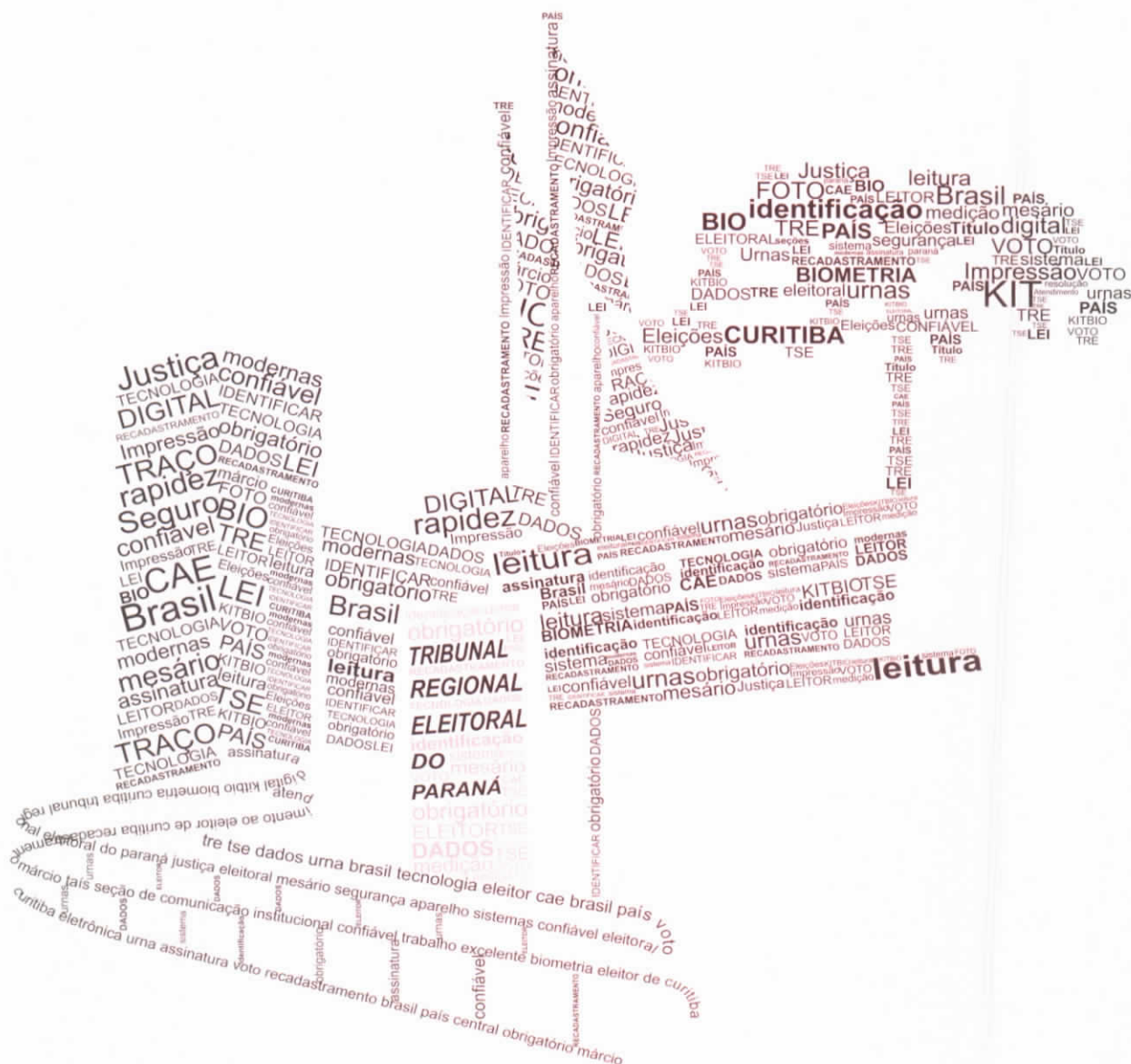
Junho de 2012



80 ANOS - TRE / PR

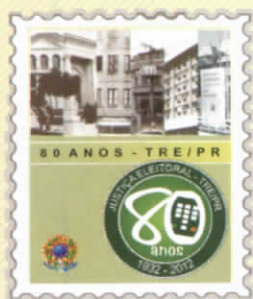


Tribunal Regional
Eleitoral do Paraná

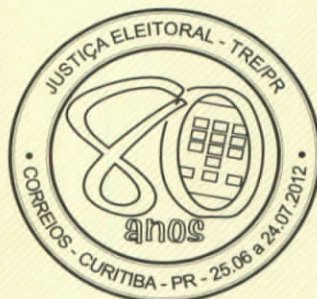




Logomarca - 80 anos TRE/PR



Selo postal comemorativo



Carimbo postal comemorativo

80 ANOS - TRE/PR

80 anos da Justiça Eleitoral

A Justiça Eleitoral comemora seus 80 anos. Criada em 1932, com o objetivo de moralizar o procedimento eleitoral, veio a ser extinta em 1937 pelo chamado Estado Novo. Restaurada em 1945, consolidou-se como instituição indispensável para possibilitar a livre expressão da vontade dos eleitores.

No Paraná, o Tribunal Regional Eleitoral foi instalado em 9 de junho de 1932, em sessão presidida pelo desembargador Carlos Pinheiro Guimarães e reinstalado, depois da inatividade imposta pelo governo de Getúlio Vargas, em 7 de junho de 1945, passando a funcionar com apenas nove servidores requisitados de outros órgãos públicos. Esse pequeno mas dedicado grupo preparou, em sete meses, a eleição de 2 de setembro de 1945, a primeira depois da redemocratização do país. Tal abnegação e compromisso com os objetivos perseguidos constituem uma característica até hoje ostentada pelos funcionários e magistrados da Justiça Eleitoral paranaense, o que tem resultado, continuamente, em iniciativas pioneiras e bem sucedidas como, por exemplo, a emissão on line com a imediata entrega do título de eleitor, a implantação de chancela nos títulos eleitorais, a transmissão direta de dados dos locais de votação e muitas outras.

Desafio mais recentemente superado, a revisão com recadastramento biométrico de mais de um milhão de eleitores de Curitiba projetou nacionalmente, mais uma vez, a eficiência de nossos trabalhos.

A propósito, a qualidade dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Paraná é motivo de orgulho. Além da certificação ISO-9001 na Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba, concedida em 1999 e avaliada e renovada anualmente, a Secretaria Judiciária do Tribunal obteve a Certificação do Sistema de Gestão de Qualidade para o escopo autuação e distribuição dos processos nas classes habeas corpus, mandado de segurança e ação cautelar concedida, ineditamente, pelo Tribunal Superior Eleitoral, na sessão plenária de 13 de março do corrente ano, na pessoa do então Presidente, Ministro Ricardo Lewandowski.

Ao longo do tempo o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná ocupou vários prédios e, desde 1998, está instalado em sede própria, ampla e funcional. E, neste ano, os fóruns eleitorais que vêm sendo construídos por todo o Estado – mais uma ação pioneira da nossa Justiça Eleitoral – ultrapassarão a marca de cem unidades.

Essa rica história de oito décadas da Justiça Eleitoral do Paraná, plena de êxitos, está retratada, com brilho, nesta Revista comemorativa que, com muita honra, apresento. Boa leitura!

EXPEDIENTE

PRESIDENTE

Des. Rogério Luis Nielsen Kanayama

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR

Des. Rogério Coelho

DESEMBARGADORES SUBSTITUTOS

Des. Salvatore Antonio Astuti

Desª. Sônia Regina de Castro

MEMBROS

Dr. Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro

Dr. Fernando Ferreira de Moraes

Dr. Luciano Carrasco Falavinha Souza

Drª. Andrea Sabbaga de Melo

Dr. Marcos Roberto Araújo dos Santos

PROCURADOR ELEITORAL

Drª Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos

DIRETORA GERAL

Ana Flora França e Silva

Secretaria Judiciária

Leidim Kou

Secretaria de Planejamento Estratégico e Gestão

Valcir Mombach

Secretaria Administrativa

Tônia Daysi Mückenberger

Secretaria de Gestão de Pessoas

Irene Ito Kanda

Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Regina Maria Fontoura de Oliveira

Secretaria de Eleições e Tecnologia da Informação

Carlos Alcídio Emmel

Secretaria de Controle Interno e Auditoria

Hillene de Cássia Sbalqueiro Silva Meira

Assessora-Chefe da Corregedoria Regional Eleitoral

Mônica Miranda Gama Monteiro

EQUIPE - tre-vista - 80 anos TRE/PR

Editor

Marden Machado

Projeto Gráfico

Márcio Carvalho Jardim

Tais Furmann

Colaboradores

Everton Bahl Grabski

Fernando José dos Santos

Leticia Flora Brasileiro Kanayama

Mauricéia Moro Besbati

Michele Martins Burda Castilho Simioni

Rogério Carlos Born

Fotos

Acervos TSE - TRE/PR - TJ/PR

Fotolitos e Impressão

Triunfal Gráfica e Editora

(18) 3322-5775

Realização

Coordenadoria de Comunicação Social

Seção de Comunicação Institucional

Sugestões ou Críticas:

sci@tre-pr.gov.br

Site - TRE/PR:

www.tre-pr.jus.br



08

O Paraná

Um pouco da história e das características do Estado



34

Sexta e atual sede do Tribunal

Instalações próprias para melhor atender ao cidadão paranaense



69

O povo curitibano

Moradores da cidade mais cosmopolita do Paraná atendem ao chamado do TRE para o recadastramento

Sumário

07	O Estado do Paraná	44	Espaço Cultural
08	O Paraná	45	Os Fóruns Eleitorais
11	A Bandeira do Paraná	46	Central de Atendimento ao Eleitor
12	O Pinheiro do Paraná	47	KangUrna
13	A Gralha Azul	48	Informando o Cidadão
14	Poty Lazzarotto	49	Medalha do Mérito das Araucárias
17	A Justiça Eleitoral no Brasil e no Paraná	50	EJE
18	500 anos de Eleições	51	Agenda Ambiental
19	Primeiras Eleições	53	A urna e o Voto Eletrônico
20	Influência Religiosa	54	A evolução no modo de votar
21	Eleições Livres	55	Evolução Tecnológica
22	Primeiras Eleições Gerais do Brasil	61	O que é a Impressão Digital
24	A Justiça no PR - Período Colonial e Imperial	62	O que é a biometria?
25	Reunião do povo e a escolha dos eleitores	63	Eleições mais modernas e seguras
26	Ata da Sessão de reinstalação do TRE/PR	64	O processo
28	Sedes do TRE/PR	65	O que muda
29	Primeira sede do Tribunal	66	Recadastramento obrigatório
30	Segunda sede do Tribunal	67	A biometria em Balsa Nova
31	Terceira sede do Tribunal	68	Inauguração
32	Quarta sede do Tribunal	69	O povo curitibano
33	Quinta sede do Tribunal	70	Missão cumprida
34	Sexta e atual sede do Tribunal	71	O dia de maior atendimento
35	Primeiros Funcionários	73	Os presidentes do TRE/PR
36	Diretores Gerais	105	Linha do Tempo - Justiça Eleitoral
37	Títulos Eleitorais	119	Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral



O Estado do Paraná



O Paraná, um dos estados mais ricos em diversidade cultural do país, está situado na região Sul do Brasil, limitando-se ao norte e a nordeste com o Estado de São Paulo, a leste com o Oceano Atlântico, ao sul com o Estado de Santa Catarina, a sudoeste com a Argentina, a oeste com o Paraguai e a noroeste com o Estado do Mato Grosso do Sul.

Possui como capital a cidade de Curitiba, que é considerada uma das melhores em qualidade de vida e também a mais populosa do Estado. Seguem-lhe as cidades de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Cascavel.

Conforme censo realizado em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado do Paraná possui 10.686.247 habitantes que residem nos 399 municípios, ocupando uma área de 199. 314.850 km². O gentílico de quem vive no Paraná é paranaense.

O Estado apresenta diversas culturas, com flora e fauna riquíssimas, possuindo como representantes máximos a ave Galinha Azul e o Pinheiro do Paraná, conhecido como Araucária.

Possui, principalmente, uma população dedicada que, ao longo dos anos de história, construiu um Estado próspero e diversificado que, a cada novo tempo, se renova e transforma o Paraná em uma esplêndida promessa para o futuro.

O Paraná

Um pouco da história e das características do estado



Foto: Wikipedia.org - consulta sobre o Estado do Paraná

O Paraná localiza-se na Região Sul do País, ocupando uma área de 199.314,850 km² (IBGE - 2009), e conta atualmente com 399 municípios instalados.

São cinco as zonas naturais do Estado, ou seja: o Litoral, a Serra do Mar, os Primeiro, Segundo e Terceiro Planaltos, todos reservando agradáveis surpresas. Natureza e história no litoral; progresso e humanismo em sua capital; mistério e tranqüilidade em Vila Velha; expansão agroindustrial no Norte e Sudoeste; as empolgantes cataratas e o gigantismo de Itaipu no Oeste, ambas em Foz do Iguaçu.

Os Centros de Convenções de Curitiba, Foz do Iguaçu e os Conventions Bureaux dessas cidades e de Londrina, Maringá e Ponta Grossa marcam definitivamente a entrada do Paraná na área de

congressos e convenções, provocando um grande e significativo acréscimo nas empresas organizadoras e prestadoras de serviços. No litoral, com 98 km de extensão, está localizada a baía de Paranaguá com 300 km² de área, uma das mais importantes do Sul do Brasil, onde destacam-se os portos de Paranaguá e Antonina.

A população estimada em 10.686.247 milhões de habitantes (dados: IBGE - 2009) é formada por descendentes de diversas etnias como os poloneses, italianos, alemães, ucranianos, holandeses, espanhóis e japoneses que aqui se fixaram, juntando-se ao índio, ao português e ao negro, os três elementos básicos que formaram o povo e a grande cultura paranaense, fazendo com que o Paraná seja conhecido como a "Terra de Todas as Gentes".



Foto: www.blogdosargentotavares.blogspot.com



Foto: www.pontagrossa.pr.gov.br

A diversidade de paisagens, a fertilidade do solo, os usos, costumes e as características de sua gente, fazem do Paraná um Estado com privilegiada situação no cenário nacional. Segundo o Prof. Francisco Filipak, a palavra Paraná tem um significado tupi e quer dizer: Sm. (PR) [Do G. pará: mar + anã: semelhante, parecido] Paraná: semelhante ao mar, grande como o mar. (108-p.110).

A história do Estado do Paraná remonta há cerca de 9.000 anos. As provas materiais dessa história são encontradas em todo o território paranaense nos vários e preservados sítios arqueológicos já pesquisados como os sambaquis no litoral e as pinturas rupestres, nos Campos Gerais. Nesses locais encontramos vestígios materiais importantes que revelam como viviam os habitantes desta terra antes da vinda dos europeus para a América. Particularmente, no Paraná, a ocupação européia aconteceu por duas vias: uma espanhola e a uma portuguesa.

Desde o início do século XVI, exploradores europeus atravessaram de norte a sul e de leste a oeste o território paranaense tendo sempre como ponto de partida o litoral atlântico. O primeiro europeu a percorrer toda a extensão deste território foi o bandeirante Aleixo Garcia.

Em 1541, Dom Alvarez Nuñez Cabeza de Vaca, partindo da Ilha de Santa Catarina seguiu por terra em direção a oeste tomando posse simbólica deste território em nome da Espanha. Nesta fase a Coroa Espanhola cria cidades e algumas reduções para assegurar o seu território determinado pelo Tratado de Tordesilhas - acordo bilateral entre os reinos ibéricos de Portugal e Espanha.

No ano de 1554 é criada a primeira povoação européia em território paranaense, a vila de Ontiveros, às margens do rio Paraná, perto da foz do rio Ivaí. Dois anos depois, o povoamento se transfere para perto da foz do rio Piquiri, recebendo o nome de Ciudad Real del Guairá - hoje município



ELLIOT, John Henry - (1809-1884)
Vista de Curitiba em 1855.
 Aquarela, 21 x 49cm
 Fonte: Coleção particular
 Foto retirada do blog Pólis Pública,
 de autoria do Prof. Carlos Luiz Strapazon

de Terra Roxa - , que juntamente com Vila Rica do Espírito Santo, nas margens do rio Ivaí, formou a província de Vera ou do Guairá.

No início do século XVI os portugueses criaram duas capitanias em nosso litoral. A primeira, a Capitania de São Vicente, na região compreendida entre a Barra de Paranaguá e a de Bertioga. A segunda, a capitania de Sant'Ana, desde a Barra de Paranaguá até onde fosse legítima pelo Tratado de Tordesilhas; mas, referências históricas, datadas de 1540, nos dão conta da existência de moradores na baía de Paranaguá vindos de Cananéia e São Vicente.

Em meados do ano 1600 intensifica-se a presença dos vicentinos (moradores da capitania de São Vicente) em todo o litoral e nos Campos de Curitiba, em 1648 o povoado de Paranaguá é elevado à categoria de Vila com a denominação de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá.

Diogo de Unhate foi o primeiro português a requerer terras em solo paranaense; em 1614 obteve uma Sesmaria

na região de Paranaguá, localizada entre os rios Arapira e Superagüi. Na sequência, em 1617 Gabriel de Lara funda uma povoação na Ilha da Cotinga, que depois transferiu para a margem esquerda do rio Taquaré (hoje Itiberê).

A denominação "Paraná" é um termo de origem geográfica e refere-se ao rio Paraná, o maior curso d'água em território paranaense, que faz divisa do Estado do Paraná com a República do Paraguai e do Estado do Mato Grosso do Sul.

Originalmente a pronúncia correta do termo era Paranhã, porém, com o tempo, alterou-se a pronúncia. Em se tratando de estudo toponímico, deve-se levar em conta que o topônimo Paraná, aparece em três outras importantes denominações no território, a saber: "rio Parapanema", que estabelece fronteira a norte e noroeste entre os Estados do Paraná e de São Paulo; "Paranaguá", primeiro município criado no estado; "Rio Paraná", situado na porção oeste paranaense.

Fonte: www.parana.pr.gov.br

A Bandeira do Paraná

O símbolo representativo de um estado soberano



Fonte: Wikipédia

A bandeira do Paraná é um dos símbolos oficiais do estado, ao lado do brasão e do hino e foi oficializada por força do decreto estadual nº 8, de 9 de janeiro de 1892, data da emancipação política do município de Piraquara, e que tinha em seu centro o escudo do estado, que foi oficialmente usado até 1910. O projeto foi apresentado pelo cidadão Manuel Correia de Freitas numa sessão da Assembleia Legislativa do Paraná de 3 de julho de 1891 e o desenho foi executado pelo artista Paulo de Assunção.

Aprovada pelo pelo decreto-lei estadual nº 2.457, de 31 de março de 1947, é composta de um retângulo verde cortado por

uma faixa diagonal branca, que descende da esquerda para a direita. Sobre a faixa, no centro, aparece em azul, a esfera do Cruzeiro do Sul. Corta a esfera, uma faixa branca com a inscrição "Paraná", em maiúsculas de verde. Circundam a esfera, pelo lado direito, um ramo de pinheiro, e pelo esquerdo, um ramo de erva-mate.

É uma das poucas bandeiras estaduais no Brasil que não possuem em nenhuma parte as cores preta, vermelha e amarela — geralmente associadas à guerra, ao luto, ao sangue e às riquezas minerais — na sua composição

Fonte: Wikipedia.org - consulta sobre a bandeira do Paraná

O Pinheiro do Paraná

Conhecido por sua magnitude e porte elegante, é a árvore símbolo do Paraná



Foto: Baixaki - Walpaper

Pinho, pinheiro-do-paraná, pinheiro-brasileiro, pinheiro-caiová, pinheiro-das-missões, pinheiro-são-josé, são algumas das denominações pelas quais o pinheiro é conhecido, sendo seu nome científico *Araucaria angustifolia*, pertence a família *Araucariaceae*.

Seu habitat natural é em florestas subtropicais, a uma altitude entre 500 e 1800 m, ocorrendo na parte leste e central do Planalto Sul brasileiro, abrangendo Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e em manchas esparsas em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

No Paraná a área de distribuição do pinheiro é bem definida. Limita-se a leste pela Serra do Mar e a oeste, avizinha-se das florestas latifoliadas tropicais e subtropicais da bacia do rio Paraná e seus afluentes Iguaçu, Piquiri e Ivaí, até aproximadamente 54° W. Ao norte, limita-se pelas formações tropicais mais quentes (23° 30'S) ocorrendo em todo o sul do Estado.

A árvore de porte altivo, com altura entre 24 e 35 m, excepcionalmente chega a 50 m. Com tronco reto e cilíndrico, possui 1 a 2 m de diâmetro, apresentando casca grossa, resinosa, acinzentada, rugosa e fendilhada. Os galhos são longos levemente

recurvados para cima, com densos tufo de folhas verde-escuras, lanceoladas e muito agudas. Quando jovem, a planta possui copa cônica e a medida que atinge a idade adulta, toma o formato de taça ou candelabro, pela queda natural dos ramos inferiores que secam.

Sendo uma espécie dióica, o pinheiro apresenta exemplares machos que produzem flores masculinas popularmente chamadas mingote, pinheco, pichote, dedo, além de outras denominações; e, flores femininas, as pinhas, com aproximadamente 20 cm de diâmetro, que pesando 1 kg, contém em média 120 sementes ou pinhões, sendo sua disseminação feita pelo homem, por aves como gralhas, maritacas, papagaios, tirivas, além de mamíferos como cutias, ratos, preás, ouriços, serelepes e macacos, garantindo a perpetuação da espécie.

Dos 7.500.000 hectares de primitivas florestas de araucária, no Paraná existem ainda 400.000 hectares, sendo que as maiores reservas se localizam na região de General Carneiro e Bituruna, em uma linha que vai de União da Vitória a Palmas.

Fonte: www.cultura.pr.gov.br

A Gralha Azul

Principal animal disseminador do Pinheiro do Paraná



Foto: Spintravel

Não existe no Brasil uma ligação tão estreita de uma ave com um Estado, como a da Gralha-azul com o Paraná. O pinhão, semente da araucária, árvore-símbolo do Estado do Paraná, é o principal alimento da Gralha-azul no inverno. Graças a essa feliz interação, a Gralha-azul e o pinheiro têm conseguido se perpetuar através dos tempos, não só na natureza mas também no coração dos paranaenses.

É uma espécie relativamente grande (39cm) de um azul reluzente, cabeça, pescoço e peito negros, penas da fronte arrepiadas formando uma espécie de topete, bico forte e cauda comprida. Vive na mata, gosta de se reunir em bandos nos pinheiros, que ajudam a disseminar, pelo ato de desmanchar a pinha no galho, comendo somente um ou outro pinhão, enquanto a maioria das sementes cai no solo e germina.

A Gralha-azul tem o hábito de enterrar pinhões. Ela segura o pinhão no bico

de modo que a parte mais pontiaguda seja introduzida no solo. Encontrado o local correto, ela pressiona-o a entrar, conferindo-lhe golpes com o bico, até a completa introdução. E conclui seu trabalho colocando algum material das redondezas (folha, pedra, galho) em cima do local remexido, de forma a camuflar ou disfarçar o feito realizado.

Além de contribuir na tarefa de reflorestar o Paraná, a Gralha-azul é um símbolo protegido por lei. Diz a Lei Estadual Nº. 7957 de 12 de novembro de 1984, no Artigo 1º: *"É declarada ave-símbolo do Paraná o passeriforme denominado Gralha-azul, Cyanocorax caeruleus, cuja festa será comemorada anualmente durante a semana do meio ambiente, quando a Secretaria da Educação promoverá campanha elucidativa sobre a relevância daquela espécie avícola no desenvolvimento florestal do Estado, bem como no seu equilíbrio ecológico"*.

Fonte: www.cidadao.pr.gov.br

Poty Lazzarotto

Curitibano, gravador, desenhista, ilustrador, muralista e professor



Painel de Poty Lazzarotto no aeroporto Afonso Pena

Napoleon Potyguara Lazzarotto, conhecido simplesmente como Poty (Curitiba, 29 de março de 1924 — Curitiba, 8 de maio de 1998) foi um desenhista, gravurista, ceramista e muralista brasileiro.

Filho dos italianos Issac Lazzarotto e Julia Tortato Lazzarotto, começou a se interessar por desenho ainda bem criança. O seu pai era ferroviário e a sua mãe mantinha um restaurante na cidade, o "Vagão do Armistício", muito freqüentado por intelectuais paranaenses.

O pai de Poty perdeu um dos braços, devido a um acidente, e para ajudar no orçamento familiar procurava peças de alumínio que eram modeladas em quadros da Santa Ceia, para vender. Poty e seus amigos de infância freqüentavam o barracão de seu pai, para ajudar a mover o fole. O barracão que o pai ergueu frente a sua casa, em Curitiba, passou a se chamar Vagão do Armistício, tornando-se um restaurante desde 1937, sob os cuidados de sua mãe. O governador do Paraná, Manoel Ribas, freqüentava o restaurante e, em 1942,

premiou Poty com uma bolsa de estudos na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

Em 1938, com 14 anos de idade, Poty publicou no jornal Diário da Tarde a história "Haroldo, o Homem Relâmpago", em 6 capítulos; Em 1943, Hermínio da Cunha César convida Poty para ilustrar seu livro "Lenda da Herva Mate Sapecada", no Rio de Janeiro. Foi o primeiro livro ilustrado por Poty e publicado; Em 1946, Dalton Trevisan cria a revista "Joaquim" e Poty participa de todos os números, seja com ilustrações, notícias do mundo das artes visuais e/ou comentários sobre arte enviadas da Europa.

A JOAQUIM, que é editada até 1948, representa uma revolução cultural no Estado do Paraná, tanto no sentido de transformação da literatura, via Dalton, quanto da sua linha editorial, crítica e renovadora como informação e como linguagem. A JOAQUIM representa a primeira conexão do Paraná com outros centros da federação, que publicam na revista seus textos críticos e ensaios, bem



Fonte: www.curitibaneando.wordpress.com



Fonte: www.cartunistasolda.com.br

como autores estrangeiros nas mais diversas áreas do conhecimento. Na Europa, graças a uma bolsa de estudos do governo francês, tem contato com a técnica litográfica, em permanente contribuição à JOAQUIM. Voltou ao Brasil em 1948, indo trabalhar no jornal Manhã, de Samuel Wainer, realizando ilustrações para vários jornais do Rio de Janeiro.

Ao longo de sua vida, trabalhou principalmente com desenhos, gravuras e murais, serigrafia e litografia. Os murais são representativos de sua obra, embora tenha sido o desenho o principal veículo de sua expressão, notadamente as ilustrações que realizou para os mais diversos autores, destacando-se entre esses Dalton Trevisan, considerado o maior contista brasileiro. Em sua execução, Poty empregava materiais diversos, como madeira, vidro (vitrais), cerâmica, azulejo e concreto aparente, esse último um de seus materiais de predileção.

Há obras de Poty espalhadas por diversas cidades do Brasil e do exterior, incluindo murais em Portugal, na França e na Alemanha.

Suas obras também podem ser vistas em diversos locais públicos de Curitiba, como no Teatro Guaíra, no saguão do Aeroporto Afonso Pena, na Praça 29 de Março, na Praça 19 de Dezembro e no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, onde há dois grandes painéis.

Poty faleceu de câncer no pulmão, em 1998. Estava trabalhando, então, em um painel encomendado para a Hidrelétrica de Itaipu, em Foz de Iguaçu. Seu último trabalho foi a ilustração para um cartaz encomendado pelo Hospital de Clínicas, em Curitiba, para sensibilizar as pessoas quanto à necessidade de doações. Foi sepultado no Cemitério Municipal do Água Verde, em Curitiba.

Fonte: Wikipedia.org - consulta sobre a Poty Lazzarotto.



A Justiça Eleitoral no Brasil e no Paraná



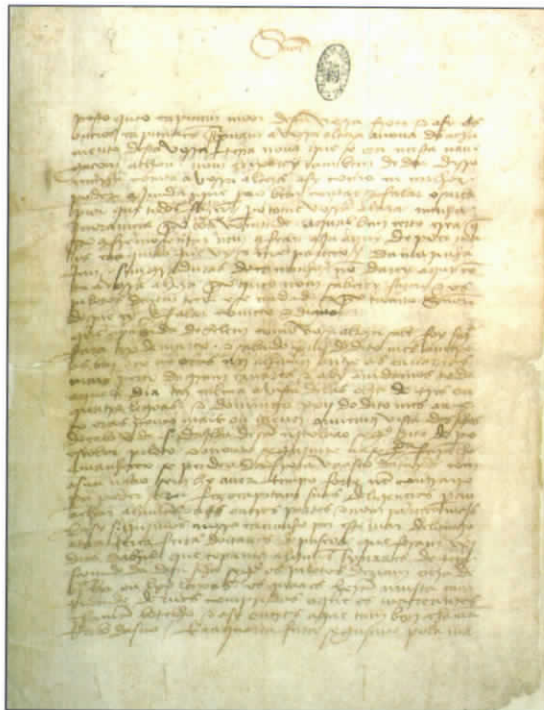
A Justiça Eleitoral do Brasil foi criada pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, representando uma das inovações criadas pela Revolução de 1930 (ou Golpe de 1930). Em 1932 foi promulgado o Código Eleitoral Brasileiro, inspirado na Justiça Eleitoral tcheca e nas idéias do político, fazendeiro e embaixador Joaquim Francisco de Assis Brasil.

No Brasil, é competência privativa da União legislar sobre Direito Eleitoral e atualmente, as principais leis que regem o Direito Eleitoral são o Código Eleitoral de 1965, a Lei 9.504, de 1997, a Lei dos Partidos Políticos, de 1995 e as periódicas resoluções normativas do Tribunal Superior Eleitoral, que regulam as eleições com força de lei.

Em outros países, as eleições são dirigidas por comissões eleitorais e, atualmente, há normas eleitorais emanadas pelos Estados-membros (como nos Estados Unidos) e normas diversas para a atividade partidária, o processo eleitoral, financiamento das campanhas, etc. Nem todos países possuem Justiça Eleitoral, sendo os conflitos dirimidos pela Justiça comum.

500 anos de Eleições

O exercício do voto surgiu no País com os primeiros povoadores



A Carta de Pero Vaz de Caminha é uma carta dirigida ao Rei D. Manuel I na qual o escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral narra as suas impressões sobre o espaço que posteriormente viria a ser chamado de Brasil. É o primeiro documento escrito da história brasileira e, por isso considerado o marco inicial da obra literária no Brasil.

Fonte:

www.embaixadadeportugal.jp

As eleições não são, como se imagina, uma experiência recente no País. O livre exercício do voto surgiu em terras brasileiras com os primeiros núcleos de povoadores, logo depois da chegada dos colonizadores. Foi o resultado da tradição portuguesa de eleger os administradores dos povoados sob domínio luso.

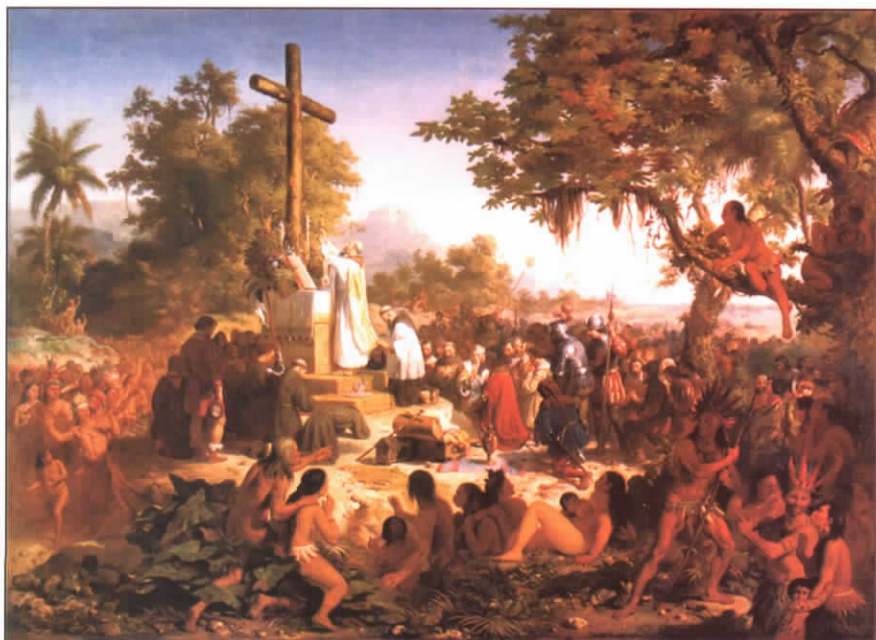
Os colonizadores portugueses, mal pisavam a nova terra descoberta, passavam logo a realizar votações para eleger os que iriam governar as vilas e cidades que fundavam. Os bandeirantes paulistas, por exemplo, iam em suas missões imbuídos da idéia de votar e de serem votados.

Quando chegavam ao local em que deveriam se estabelecer, seu primeiro ato era realizar a eleição do guarda-mor regente. Somente após esse ato eram fundadas as cidades, já sob a égide da lei e da ordem. Eram estas eleições realizadas para governos locais.

Fonte: www.tse.gov.br

Influência Religiosa

A forte ligação entre o Estado e a religião



A Primeira Missa no Brasil (1861)

Victor Meirelles

Museu Nacional de Belas Artes, Brasil.

Fonte: www.historiabrasileira.com

A relação entre estado e religião, até fins do Império, era tamanha que algumas eleições vieram a ser realizadas dentro das igrejas. E durante algum tempo foi condição para ser eleito deputado a profissão da fé católica. As cerimônias religiosas obrigatórias que precediam os trabalhos eleitorais só foram dispensadas em 1881, com a edição da Lei Saraiva. Essa ligação entre política e religião somente cessou com a vigência da Constituição de 1891, que determinou a separação entre a Igreja e o Estado.

As votações no Brasil chegaram a ocorrer em até quatro graus: os cidadãos das províncias votavam em outros eleitores, os compromissários, que elegiam os eleitores de paróquia, que por sua vez escolhiam os eleitores de comarca. Estes, finalmente, elegiam os deputados. Os pleitos passaram depois a ser feitos em dois graus. Isso durou até 1881, quando a Lei Saraiva introduziu as eleições diretas.

Fonte: www.tse.gov.br

Primeiras Eleições

A primeira Eleição foi para eleger o Conselho Municipal de São Vicente/SP



Fundação de São Vicente

Benedito Calixto

Fonte: commons.wikimedia.org

As eleições para governanças locais foram realizadas até a Independência. A primeira de que se tem notícia aconteceu em 1532, para eleger o Conselho Municipal da Vila de São Vicente/SP. As pressões populares e o crescimento econômico do país, contudo, passaram a exigir a efetiva participação de representantes brasileiros nas decisões da corte.

Assim, em 1821, foram realizadas eleições gerais para escolher os deputados que iriam representar o Brasil nas cortes de Lisboa. Essas eleições duraram vários meses, devido a suas inúmeras formalidades e, algumas províncias, sequer chegaram a eleger seus deputados.

Fonte: www.tse.gov.br

Primeiras Eleições Gerais do Brasil

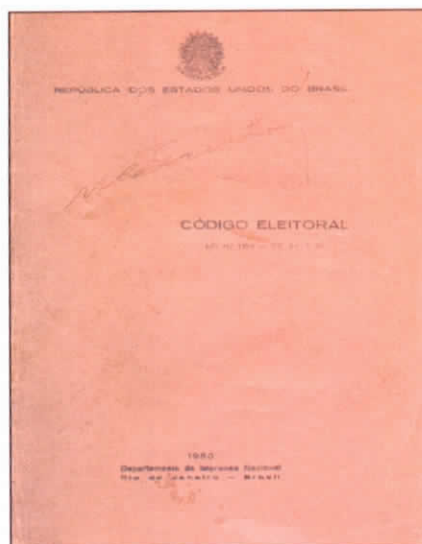
O Brasil passa a ter suas eleições regidas por uma legislação eleitoral

No dia 23 de janeiro de 1532, realizou-se, em São Vicente/SP, a primeira eleição do Brasil. Como naquela época as câmaras municipais não possuíam quadro permanente de funcionários, eram realizadas eleições anuais, ocasião em que se escolhia os responsáveis pela administração.

Através do voto, eram escolhidos os juizes, vereadores, procuradores, tesoureiros, almotacéis e o escrivão, os quais recebiam a denominação geral de oficiais. Os oficiais reunidos formavam o conselho. Caso a reunião fosse somente do juiz e vereadores, recebia o nome de vereação. Tais eleições eram reguladas pelas Ordenações do Reino.

Foge ao escopo deste trabalho detalhar os pleitos eleitorais efetuados sobre a égide das Ordenações do Reino. Assim, daremos aqui um salto, passando ao ano de 1821, quando são realizadas as PRIMEIRAS ELEIÇÕES GERAIS DO BRASIL, momento em que as eleições passam a ser regidas por uma nova legislação eleitoral.

Naquele ano, deveriam ser eleitos os deputados que iriam compor as Cortes Gerais de Lisboa, constituídas por representantes de Portugal, Algarve e Brasil. Enquanto até o período anterior a 1821, as eleições eram realizadas apenas em âmbito local, a partir de então elas teriam uma dimensão ampla, abrangendo todo o território nacional.



Código Eleitoral Lei nº 1.164 - de 24.07.1950 Departamento de Imprensa Nacional do Rio de Janeiro - Brasil
Fonte: Acervo do TRE/PR

Eleições Livres

Inicialmente livre, o voto passou a ser direito exclusivo de poucos



[D. Pedro I], Afonso de E. Taunay [18?]

Fundação Biblioteca Nacional
Divisão de Iconografia

O primeiro imperador do Brasil, Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon, conhecido como Dom Pedro I governou o país por 9 anos.

Fonte: <http://rs6.loc.gov/intid/brhtml/br-1/br-1-4-6.html>

Até 1828, as eleições para os governos municipais obedeceram às chamadas ordenações do reino, que eram as determinações legais emanadas do rei e adotadas em todas as regiões sob o domínio de Portugal. No princípio, o voto era livre, todo o povo votava.

Com o tempo, porém, ele passou a ser direito exclusivo dos que detinham maior poder aquisitivo, entre outras prerrogativas. A idade mínima para votar era 25 anos. Escravos, mulheres, índios e assalariados não podiam escolher representantes nem governantes.

Fonte: www.tse.gov.br

A Justiça no Paraná durante o Período Colonial e Imperial

O primeiro marco da Justiça régia no Paraná



Mapa da Província do Paraná em 1866. Fonte: Blog Pólis Pública - Profº Carlos Luiz Strapazzon

O primeiro marco da Justiça régia no Paraná foi o Pelourinho de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá levantado em 06 de fevereiro de 1646 por ordem do Governador do Rio de Janeiro: Duarte Correa Velasques.

Em 29 de julho de 1648, a instalação do poder real se completaria serra abaixo, com a emissão de Carta Régia autorizando o Capitão Povoador Gabriel de Lara a proceder à criação da Vila, que em 26 de dezembro de 1648 realizou as eleições para a primeira Câmara Municipal em território paranaense, instalando-a em 09 de janeiro de 1649.

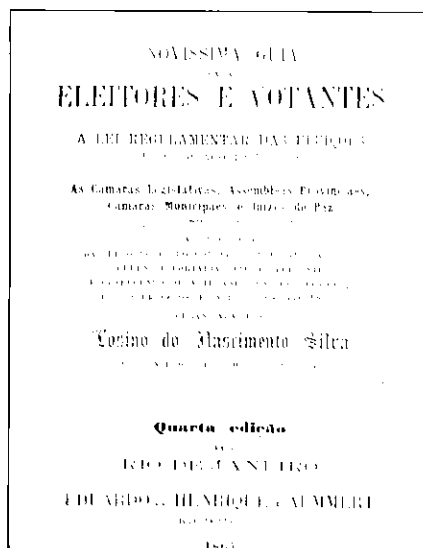
A Câmara Municipal de Paranaguá em 1654 havia dado posse a Diogo Vaz de

Escobar, Governador da Capitania de Itanhaém, reconhecendo pertencer a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá ao Conde de Ilha do Príncipe Pareni.

Em 1656 deu posse também a Simão Diogo de Moura, representante do governo da Capitania do Marquês de Cascais.

“... Em 1668 o Capitão Mor de Paranaguá, subindo a Serra do Mar, tomou posse em nome das autoridades portuguesas, da nova povoação de Curitiba, mandando erguer o Pelourinho”.

Apenas 17 homens assinaram a Ata do Pelourinho. Eram os chefes das famílias residentes no planalto, ligados por laços de parentesco.



Novíssima Guia para Eleitores e Votantes de 1864

Fonte: Acervo do TRE-PR

Para regular as eleições, o Reino de Portugal resolveu adotar, com pequenas modificações, a lei eleitoral estabelecida pela Constituição Espanhola de 1812. O decreto, convocando o povo brasileiro para as eleições, foi assinado por D. João VI em 7 de março de 1821. Seriam eleitos, no todo, 72 deputados brasileiros às Cortes de Lisboa.

Três anos depois, novas eleições gerais se realizavam. Um dia após outorgar a primeira Constituição Política do Império, D. Pedro I convocou, em 26 de março de 1824, eleições gerais para Deputados e Senadores da Assembleia Geral Legislativa e Membros dos Conselhos Gerais das Províncias. Concomitante à convocação, são baixadas as *Instruções para se proceder as eleições das Camaras de Deputados e Senadores da Assembleia Geral Legislativa do Império do Brazil e dos Membros dos Conselhos Gerais das Províncias*.

Muito anos se passaram e a história eleitoral do país no período que antecede a criação da Justiça Eleitoral clamava por mudanças radicais. A resposta veio por decreto – o Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que criou o Código Eleitoral. Estava instituída a Justiça Eleitoral, já com um objetivo a cumprir: fazer resplandecer a verdade eleitoral.

Texto elaborado por:
 Erickson de Almeida
 Coordenador da Memória
 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
 e-mail: erickson@trf4.jus.br

Ata da Sessão de reinstalação do TRE/PR

A transcrição do documento oficial

"Aos sete dias do mês de junho do ano de mil novecentos e quarenta e cinco, na sala de sessões do Egrégio Tribunal de Apelação do Estado, às 15 horas, sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador Clotário de Macedo Portugal e secretariada pelo Escriurário Sr. Mário Lopes dos Santos, Secretário *ad hoc* devidamente comprometido, com a presença dos Exmos. Senhores Desembargadores Leonel Pessoa da Cruz Marques, Juizes de Direito, Desembargador Manoel Ribeiro de Campos, Ernani Guarita Cartaxo, advogado Dr. Saturnino Luz, Desembargador Brasil Pinheiro Machado e Procurador Regional; presentes também grande número magistrados, advogados e demais pessoas.

O Exmo. Sr. Desembargador Presidente declarou aberta a sessão. Passou em seguida S. Exa. a proceder à leitura de dois telegramas recebidos do Exmo. Sr. Ministro José Linhares, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o primeiro comunicado a designação de S. Exa. para Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e o segundo comunicando a instalação do Tribunal Superior Eleitoral e a Constituição do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná fazendo sentir a necessidade da instalação dos Tribunais Regionais até o dia 15 do corrente. Sua Exa. disse que sendo os serviços eleitorais de caráter obrigatório nada mais lhe competira fazer senão acusar o recebimento das participações e agradecer a distinção de que fora alvo. Que ficara combinado entre os membros designados

que a instalação se realizasse em data de hoje e na sede do Egrégio Tribunal de Apelação do Estado, isto porque ainda não fora possível dotar o Tribunal de instalação própria.

Entretanto, era motivo de grande satisfação que a instalação do Tribunal Regional no Paraná se realizasse no Tribunal de Apelação, que é a casa da justiça e que os nomes dos membros constituem o Tribunal Eleitoral afirmação das suas altas virtudes culturais e morais. Nela figuram três magistrados que tem credenciais fortíssimas a seu favor, reconhecidos pela condição de preparo jurídico e intelectual. O nobre advogado se recomenda pela própria escolha, pois a lei fala em juristas de notável saber e reputação ilibada. Resume ele esses requisitos, demonstrados por sua longa vida de advogado militante.

O Sr. Desembargador Procurador Geral é de sua vez, uma grande inteligência e tem demonstrado caráter em sua vida funcional perante o Tribunal de Apelação. De minha parte, continuo como Presidente e trarei para o Tribunal a colaboração, não apenas de minha experiência como magistrado, como também o meu largo tirocínio e propósito de trabalhar pelo bem público e cooperar íntima e continuamente com meus ilustres colegas, exercendo a Presidência com o brilho necessário, com a honra e sem paixões o cargo de Presidente do Tribunal Eleitoral.

Os problemas eleitorais são menos complexos que no Tribunal Comum,

Reunião do povo e a escolha dos eleitores

O Paraná torna-se politicamente organizado

Em 24 de março de 1693, petição dos moradores da povoação de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, dirigida ao Capitão Povoador Mateus Leme, "...nem comam desse povo, e mande aguntar e fazer eleição e criar justiça e câmara formada para que assim haja temor de Deus e D. El. Rey e por as coisas no caminho".

Cinco dias depois - (era 29 de março 1693) dando cumprimento ao despacho de Leme "...Junte-se o povo. Deberem o que pede... reuniram-se os povoadores na igreja do povoado e acclamaram "...seis homens de São consciencia para que estes nomeassem as autoridades... Um dos (seis homens) era Gaspar Carrasco dos Reis, filho de Baltazar Carrasco dos Reis.

Assim é que, 25 anos depois do Pelourinho a Vila de Curitiba ficou politicamente organizada. Os "Homens Bons" da Vila escolheram seus eleitores e estes é que indicaram os componentes da Câmara Municipal, os Juizes, o Procurador da Câmara e o Escrivão.

Tímido o povoamento do Paraná prosseguiu, sendo substituída a mineração do ouro de aluviao por invernada de gado, úteis aos tropeiros que passaram a percorrer nosso território na ligação histórica dos caminhos que, vindo do sul, levavam à feira de gado de Sorocaba.

Com o desaparecimento dos veios de ouro, o Marques de Cascais se desinteressou pelas nossas terras e houve a extinção da Capitania de Paranaguá que transfere a partir dessa data a história jurídica de nosso território para os anais de São Paulo.

Extinta assim a Capitania de Paranaguá, o nosso território passa a integrar a Capitania de São Paulo como sua 2ª Comarca.

A ineficiência da administração e aplicação da justiça, a opressão exercida pelos prepostos governamentais paulistas e, sobretudo a não reversão das arrecadações

fiscais à Comarca, fizeram com que a Câmara Municipal de Paranaguá intentasse em 06 de junho de 1811, o primeiro ato de emancipação política e administrativa do Paraná.

A petição, porém, não surtiu efeito e o Paraná contraiu parte da administração paulista. Em 12 de março de 1812, um alvara transferiu a sede da Comarca de Paranaguá para a Vila de Curitiba alegando-se a sua maior proximidade ao Registro de Tropas, às margens do Iguçu.

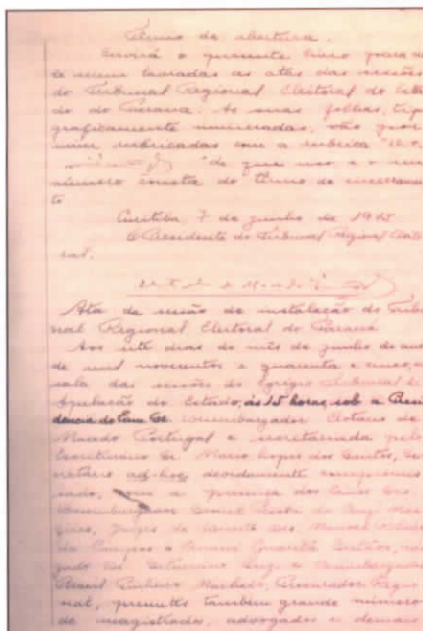
Em 1821 houve nova tentativa de Emancipação da Comarca, na chamada Conjura Separatista de 1821. A tentativa fracassou novamente. Somente em 20 de agosto de 1853 os paranaenses, de fato, viram realizados pela Lei 704, suas aspirações de emancipação político administrativa de São Paulo.

Desde muitos anos alegavam eles os problemas das distâncias em que se achava o Governo paulista, a necessidade na aplicação das despesas, os vexames a que eram submetidos pelos prepostos governamentais e, sobretudo, a sangria fiscal a que a Comarca estava submetida, nada revertendo em seu benefício e abandonada de toda a vida pública, pois os grandes interesses paulistas, contrariados, obstaculizaram esse projeto.

Alguns paranaenses realizaram intensa campanha a favor da emancipação como Manuel Francisco Correa Junior e Francisco de Paula e Silva Gomes. Após marchas e contramarchas, finalmente, foi criada a Província do Paraná, sendo instalada pelo seu 1º Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos a 19 de dezembro de 1853.

O primeiro ato da Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854, foi confirmar a cidade de Curitiba como capital da Nova Província.

O Poder Judiciário somente foi efetivado em agosto de 1891, nos primeiros anos da república Brasileira".



A ata da Sessão de Instalação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em sua versão original.

pois não entram em jogo a liberdade, a vida dos indivíduos, mas sim os interesses políticos que estão claros na Lei e não podem sofrer interpretações diversas. Na Justiça Comum as paixões são limitadas à indivíduos em pleitos privados, ao passo que no Serviço Eleitoral elas são mais intensas, mais vastas, porque os contrariados são os partidos políticos que muitas vezes não podem ser atendidos. Essas paixões não irão fazer que o Tribunal deixe de cumprir o seu dever, seja contra quem for. Pelo contrário, elas o encorajarão para melhor desempenho de suas funções, mesmo que possa sofrer campanhas.

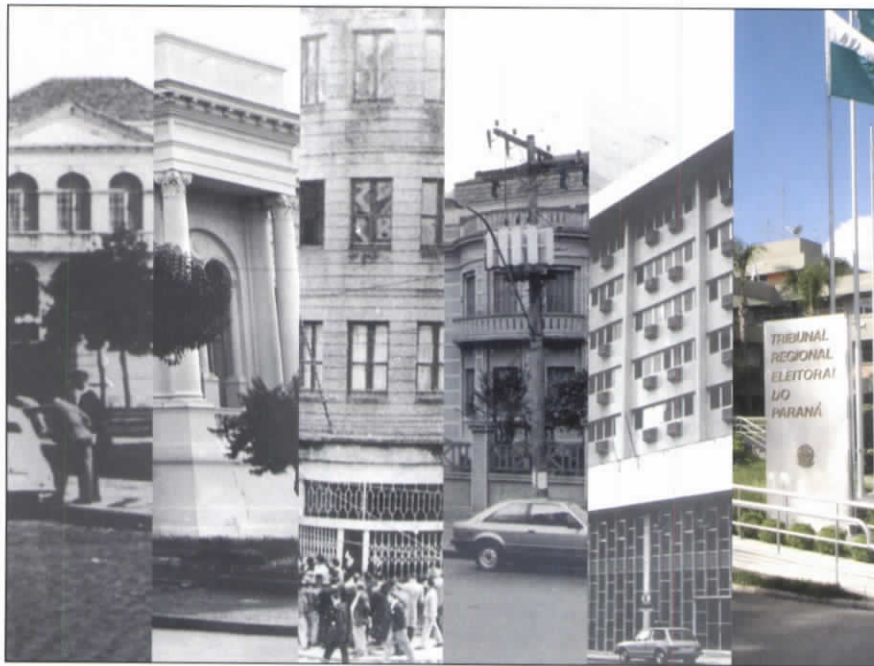
Declarando instalado o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, disse que o povo deve ter confiança na Justiça Eleitoral do Estado porque essa Justiça tudo fará para desempenhar sua missão.

Usou a palavra o Desembargador Ernani Guarita Cartaxo declarando que não era a primeira vez que a magistratura tinha sido chamada a participar do Serviço Eleitoral. Incentivado pela presença dos nomes ilustres que compõem o Tribunal Eleitoral do Paraná, sentia-se capacitado a desempenhar as suas elevadas funções, afirmando que, o povo poderá confiar na Justiça Eleitoral, pois ela seria inflexível, imparcial. Falou em seguida o Sr. Desembargador Brasil Pinheiro Machado, Procurador Regional, que disse congratular-se com a instalação do magno órgão da Justiça Eleitoral no Paraná. Em nome dos Juizes de Direito da Capital pediu a palavra o Dr. Francisco Cunha Pereira, juiz de Menores e de Casamentos, disse que o Paraná estava de parabéns pela instalação da Justiça Eleitoral, pois a escolha dos membros do Tribunal Regional Eleitoral havia recaído em Juizes dignos, íntegros, capacitados e à altura de sua elevada missão.

O Exmo. Sr. Desembargador Presidente usando a palavra, declarou instalado o Tribunal. Em seguida, nomeou os Desembargadores Manoel Ribeiro de Campos e Ernani Guarita Cartaxo para procederem à divisão do Estado em zonas eleitorais designando o dia 12 do corrente, terça feira, às 10 horas da manhã para a realização da sessão seguinte. Em seguida S. Exa. agradecendo o comparecimento de todos os presentes declarou encerrada a sessão*.

Sedes do TRE-PR

Como a Justiça Eleitoral cresceu no estado do Paraná



Em maio de 1945 a Justiça Eleitoral foi restabelecida no Estado pelo Decreto lei de Getúlio Vargas e instalado em 07 de junho do mesmo ano, na sede da então Sociedade Garibaldi, onde funcionava o Tribunal de Justiça do Paraná, ocupando a Sala dos Advogados até o dia 02 de dezembro do mesmo ano.

Após as eleições de dezembro de 1945 e proclamação do resultado, o Tribunal Eleitoral do Paraná passou para uma sede maior.

O único edifício público que estava disponível na ocasião era o atual prédio da Câmara Municipal, onde havia funcionado o Conselho Administrativo do Estado e a Assembléia Legislativa do Estado.

O Tribunal saiu da Praça Garibaldi para a rua Barão do Rio Branco e ali ficou funcionando até o ano de 1954, pois não existia poder Legislativo no país.

Quando houve a retomada do prédio para ali se instalar novamente a Assembléia Legislativa do Estado, o Tribunal Regional Eleitoral mudou para a Praça Carlos Gomes no prédio onde já havia funcionado a Chefatura de Polícia, depois a Coletoria Estadual.

De 1954 até 1987, o Tribunal funcionou na sede do antigo Palácio do Governo, na praça João Cândido, no Alto São Francisco. De 1987 até 1998, o TRE esteve localizado na Alameda Cabral, 184, esquina com a rua Cruz Machado.

Desde 1998, o TRE/PR conta com sede própria. Nesta sede, reuniu-se todos os setores até outubro de 2008, quando foi inaugurado o Fórum Eleitoral de Curitiba, momento em que os cartórios eleitorais da capital e a central de atendimento ao eleitor passaram a ter prédio próprio, em frente ao atual Tribunal.

Primeira sede do Tribunal

Prédio da sociedade Giuseppe Garibaldi



Foto: www.circulandoporcuritiba.com.br

A Associação Giuseppe Garibaldi, fundada em 1883, nasceu da idéia de se congregar, sob um mesmo ideal, os imigrantes italianos em Curitiba. O mesmo ideal que levou Giuseppe Garibaldi a lutar pela Revolução Farroupilha (1839-1841) no Brasil e pela unificação da Itália.

Em dois de Junho de 1883, ela foi constituída e se tornava realidade com o nome de "Società Giuseppe Garibaldi" di Beneficenza fra gli Italiani dimoranti nel Paraná. A sua legalização demorou ainda um mês, sendo instalada a 1º de Julho de 1883, data considerada oficialmente como de sua fundação. Na prática, a Sociedade permitia compartilhar interesses e necessidades entre os italianos em Curitiba.

A Sede da Sociedade Garibaldi, na Praça Garibaldi, em Curitiba, foi projetada por Ernesto Guaita, engenheiro e agente

consular da Itália.

O Palácio, iniciado em 1887, foi concluído em 1904. A fachada, em estilo neoclássico, só ficou pronta em 1932, uma obra do arquiteto João de Mío, o mesmo arquiteto da Igreja de São Pedro.

Importante na história do movimento operário paranaense, sediou, em 1906, o I Congresso Estadual, que gerou a Federação Operária no Paraná.

Em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, o Palácio foi desapropriado pelo governo, teve uso como Palácio da Justiça e sede do Tribunal Regional Eleitoral. E somente devolvido à Sociedade em 1962.

Em 1988, o Palácio Giuseppe Garibaldi foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, mas continua como sede da Sociedade Garibaldi.

Fonte: www.palaciogaribaldi.com.br

Segunda sede do Tribunal

Prédio na rua Barão do Rio Branco, atual Câmara Municipal de Curitiba



Foto: www.cmc.pr.gov.br

A construção do Palácio do Congresso, situado à Praça Eufrásio Correia, foi contratada com o Engenheiro Ernesto Guaita, e sua destinação seria para acomodar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A Assembléia foi instalada no Palácio do Congresso logo após a proclamação da República, e ali permaneceu até sua transferência para o Centro Cívico.

A ocupação do prédio, presume-se, deve ter sido gradativa, pois não foi mencionada sua inauguração oficial nos Anais do Congresso, nem na imprensa da época.

Em 1º de julho de 1913, uma explosão ocorrida na estação da estrada de ferro danificou seriamente o edifício, sendo que diversos reparos tiveram que ser realizados.

Durante o Governo de Getúlio Vargas, a Assembléia Legislativa foi fechada e o prédio foi ocupado pelo Conselho Deliberativo do Estado. Após as eleições de dezembro de 1945 e proclamação do resultado, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná passou a funcionar no edifício.

Em 1957, o Palácio do Congresso foi cedido como sede da Câmara Municipal de Curitiba, sendo que sua instalação definitiva ocorreu em 1963, inclusive com a alteração de sua denominação para Palácio Rio Branco.

O Palácio Rio Branco, por sua vinculação à história política do Paraná e por sua expressividade exemplar de arquitetura oitocentista da Capital, assumiu lugar entre os mais importantes edifícios históricos do Estado do Paraná.

<http://www.cmc.pr.gov.br/>

Terceira sede do Tribunal

Prédio na praça Carlos Gomes



Foto: www.flickr.com - Galeria de llvsboston

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná ficou instalado durante um período na praça Carlos Gomes, local hoje ocupado pelo edifício-sede da Caixa Econômica Federal.

O antigo prédio foi substituído pela edificação projetada por Rubens Meister, um dos precursores da arquitetura moderna no Paraná.

Filho de alemães e suíços, poliglota, engenheiro civil e urbanista, Meister interferiu decisivamente na formação arquitetônica da cidade de Curitiba. Realizou as mais importantes edificações de uso público, e destinadas ao uso administrativo nas décadas de 1950 e 1960, em Curitiba.

Foi responsável pela mudança de concepção do modelo École des Beaux-Arts para o racionalismo do Movimento Moderno.

Outras importantes obras de Rubens Meister para Curitiba foram o Edifício Barão do Rio Branco, o Centro de Atividades do SESC da Esquina, o edifício sede da FIEP – Federação das Indústrias do Paraná, o prédio da Caixa Econômica Federal na Praça Carlos Gomes e a restauração do Palácio Avenida em 1991.

Quarta sede do Tribunal

Antigo palácio do governo, na praça João Cândido



Foto: www.cmc.pr.gov.br

Conhecida, atualmente, como Palácio São Francisco, a construção no Alto São Francisco, em Curitiba, idealizada por Julio Garmatter, tinha como objetivo ser residência de sua família. É uma construção eclética, executada entre 1928 e 1929, pelo engenheiro Eduardo Fernando Chaves.

Em 1938, o então Interventor do Paraná, Manoel Ribas, adquiriu a propriedade para instalar a sede do Governo Estadual, passando a ser conhecido como Palácio São Francisco, em concordância com sua localidade. O governo permaneceu no prédio até 1953, quando o executivo ganhou sede no Centro Cívico, hoje Palácio Iguaçu.

O Palácio São Francisco serviu aos interventores Manoel Ribas, Clotário Portugal, Brasil Pinheiro Machado, João Cândido Ferreira Filho, Coronel Mario Gomes da Silva, Antonio de Carvalho Chaves e aos governadores Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Neto.

Em 1961, o prédio serviu ao Tribunal Regional Eleitoral, o qual visando ampliar as instalações construiu um bloco anexo à fachada lateral da face leste. Em fins de 1986, foi parcialmente restaurado. No ano de 1987, o prédio original foi tombado e nesta data passou a abrigar o acervo do Museu de Arte do Paraná, hoje extinto.

Em meados de 2002, iniciou-se a restauração do prédio do Palácio São Francisco, a reforma do anexo 1 e a construção do anexo 2 com acesso pela rua Ermelino de Leão, com o objetivo de abrigar a sétima sede do Museu Paranaense, cuja inauguração se deu em 19 de dezembro de 2002. Porém, sem estar concluído, passou por um período de término das obras e revitalização de seus espaços internos, reabrindo ao público em 4 de junho de 2003.

Fonte: www.museuparanaense.pr.gov.br

Quinta sede do Tribunal

Prédio localizado na Alameda Cabral



Foto: www.procon.pr.gov.br

De 1987 até 1998, o TRE-PR esteve localizado na Alameda Cabral, 184, esquina com a rua Cruz Machado.

No mesmo local foi inaugurado, no mês de dezembro de 2004, o "Espaço da Cidadania", local que integrava o Procon-PR e a Defensoria Pública.

No mês de dezembro de 2010, o Procon-PR transfere-se para sua sede atual, na rua Presidente Faria, 431 e atualmente o local é sede da Defensoria Pública.

Fonte: www.procon.pr.gov.br

Sexta e atual sede do Tribunal

Instalações próprias para melhor atender ao cidadão paranaense



Atualmente a sede do **Tribunal Regional Eleitoral do Paraná** fica situada na rua João Parolin, 224, Prado Velho em Curitiba.

A sede própria reúne todos os setores propiciando maior agilidade e melhor integração entre o corpo funcional.

No dia de 15 de outubro de 2008, a cidade de Curitiba recebeu o Fórum Eleitoral **Des. Roberto Pacheco Rocha**, situado na rua João Parolin, 55 - Prado Velho, em frente ao edifício-sede do TRE-PR. O novo fórum foi o 37º inaugurado no Estado e tem uma área construída de 13.000 m², dividida em três pavimentos.

As dez Zonas Eleitorais da Capital, a Central de Atendimento ao Eleitor e o depósito de urnas funcionam neste prédio. Essa nova estrutura foi construída para melhor atender ao eleitor de Curitiba, que passou a ter um espaço mais amplo e confortável para desfrutar os serviços oferecidos pelo TRE-PR.

Primeiros funcionários do TRE/PR

Eram apenas nove funcionários, todos requisitados, dentre eles:



Francisco Pereira da Silva



Mário Lopes dos Santos



Augusto Müller Pichet



Nicácio de Souza Barbosa



Alvaro Soares de Mattos



Zinyr Lima Castilho

Todos passaram a integrar, durante três anos, o quadro fixo da Secretaria do Tribunal. Sem muito conhecimento, este pequeno grupo preparou em sete meses a eleição de 02/12/1945, a primeira depois do fim do Estado Novo.

Diretores Gerais

Conheça o histórico dos diretores gerais que integraram o TRE/PR



Mario Lopes dos Santos



Ivan Gradowski



Ana Flora França e Silva

A Secretaria do Tribunal teve apenas três diretores gerais.

O bacharel Mario Lopes dos Santos, que ocupou o cargo de junho de 1945 até dezembro de 1978. De dezembro de 1978 até janeiro de 2012, o também bacharel Ivan Gradowski.

A bacharela Ana Flora França e Silva assumiu a Direção Geral, como substituta, de maio a dezembro de 1991 e como titular, de outubro de 2002 a janeiro de 2003 e pela segunda vez de fevereiro de 2008 a outubro de 2008. Desde o início de fevereiro de 2012 ocupa o cargo de Diretora Geral titular.

Títulos Eleitorais

A evolução do documento eleitoral

1905

3

Republica dos Estados Unidos do Brazil

TITULO
DE
ELEITOR

ESTADO DO PARANA

Município de *Deodoro*

Seção *2*

NOME DO ELEITOR
Francisco Franco de Oliveira

Qualificação

Idade *29 annos*

Filiação *João Franco de Oliveira*

Estado Civil *Casado*

Profissão *Camareiro*

N.º de ordem
no alistamento geral
N 75180

Assinatura do Presidente da Comissão de Alistamento

Assinatura do Eleitor

Francisco Franco de Oliveira

Acervo da Memória Eleitoral do TRE/PR.

O governo federal sancionou em novembro de 1904 a Lei 1269, oriunda de um substituto apresentado em junho daquele mesmo ano pelo Senador Rosa e Silva, de Pernambuco, a um projeto de reforma eleitoral. O decreto 5391, de dezembro daquele mesmo ano, trataria do alistamento dos eleitores.


Para votar, apenas os cidadãos com mais de 21 anos, excusadas as mulheres. Analfabetos, mendigos, praças e religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades em que

houvesse renúncia da liberdade individual não podiam alistar-se.

Instituiu-se que o título eleitoral devia conter o município, o nome, a profissão, o estado, a filiação, a idade, o ano do alistamento e o número de ordem do eleitor ao alistar-se no município. Caso 15 dias antes do pleito eleitoral, o cidadão não recebesse do governo o documento, o presidente da comissão de alistamento expediria um provisório, impresso ou manuscrito, válido apenas para aquele pleito.

1930

M. P. Bastos
em 12-3-1930



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
TÍTULO DE ELEITOR

Decretos n. 4226, de 30 de Dezembro de 1920, e n. 14.658, de 29 de Janeiro de 1921

Estado do Paraná Nº 67143

Município de *Curitiba*

Nome do Eleitor
Luiz Natanael

QUALIFICATIVOS

Idade *27 anos*

Filiação *Luiz Natanael*

Estado Civil *casado*

Profissão *Químico*

Numero de ordem no alistamento
4147

Assinatura do eleitor
Luiz Natanael

Assinatura do escrivão
Luiz Natanael

Assinatura do juiz
Luiz Natanael

Acervo da Memória Eleitoral do TRE/PR.

A Lei 3.139 manteve o princípio de que apenas os cidadãos com mais de 21 anos, por causa da Constituição, podiam votar, salvo os mendigos, analfabetos, praças e religiosos de ordens cujo estatuto implicasse renúncia da liberdade individual. Os alistados trinta dias anteriormente à eleição não podiam votar por suspensão na expedição dos títulos eleitorais.

No título eleitoral, havia o nome, a idade, a filiação (quando declarada), o estado civil, a naturalidade, a profissão e o município da residência do eleitor ou circunscrição no Distrito Federal, além do número de ordem do alistamento e o número de ordem do título. Caso o cidadão se

alistasse em mais de uma cidade, incorreria em multa e pena de prisão por seis meses. Ademais, não teria os seus direitos políticos por uma década.

Através do Decreto 12.193, de 6 de setembro do mesmo ano, regulamentou-se a lei. Destarte, quatro meses após a sua publicação, os alistamentos eleitorais realizados previamente perderiam o efeito. Naquela altura, o Brasil havia presenciado inúmeras greves tanto no setor rural – fazendas de café notadamente – como urbano, apesar das dificuldades de organização, por causa da nacionalidade e da dificuldade de um operário empregar-se caso se filiasse a alguma entidade.

N. 821
(Dados do Tribunal Regional)

TÍTULO DE ELEITOR

ESTADO DO PARANÁ

1.ª zona San João (Município)

Domicílio eleitoral Rua Fontana, 388

Número de ordem da inscrição 821

Data da inscrição no cartório 20 de janeiro de 1983

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)
Fazze João Francisco

Filiação João Francisco Oliveira Francisco

Naturalidade Angaitê, Estado de Paraná

Idade 60 anos — Data do nascimento 29 de junho de 1922

Estado civil casado

Profissão Empresário Retornado

Qualificativos

Fazze João Francisco
ASSINATURA DO ELEITOR

Antônio B. de Oliveira


O presente título é expedido de acordo com o Código Eleitoral da República e em cumprimento ao despacho do Presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado do Paraná e recebeu o número 821 em 17 dias do mês de março do ano de mil novecentos e trinta e três Antônio Yáñez Maguigá
Chefe da Seção


Polígono eleitoral

Formata dactiloscópica

Cartão

Então: São Domingos
Cidade — Paraná





Acervo da Memória Eleitoral do TRE/PR.

Em fevereiro de 1932, o Governo Provisório expediu o Código Eleitoral. De acordo com as novas regras, o eleitor era, indistintamente do sexo, o cidadão com mais de 21 anos.

No entanto - previsto - mendigos, analfabetos e praças de pré – excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior – não podiam alistar-se. Homens com mais de sessenta anos e mulheres de qualquer idade podiam isentar-se das obrigações eleitorais. Instituiu-se a Justiça Eleitoral, composta de um Tribunal Superior, tribunais regionais e juizes eleitorais.

Constavam somente dois tipos de qualificação: a *ex officio* ou a por iniciativa

própria do cidadão. Para a primeira, habilitavam-se: magistrados, militares, servidores públicos efetivos, professores, profissionais liberais de grau superior, comerciantes, desde que com empresa registrada, e reservistas.

Pela primeira vez, solicitaram-se aos alistandos fotos de três por quatro centímetros para a inscrição – no título, figuraria também a impressão digital. Consagraram-se, no sistema eleitoral, o sufrágio universal direto com voto secreto – exercido em cabinas indepassíveis, através de portas ou cortinas – e a representação proporcional.

1936

N 12.259
(Cópia do Título Eleitoral)

TÍTULO DE ELEITOR

ESTADO DO PARANÁ

1.ª zona *União da*

Domicílio eleitoral *União da*

Numero de ordem da inscrição *12.259*

Data de inscrição no cartório *11-5-36*

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)
Robertino Schneider

Filiação *Robertino Schneider, Germina A. Schneider*

Nacionalidade *Brasileiro*

Qualificativos

Idade *31* anos — Data do nascimento *25 de*
setembro de 1904

Estado civil *Casado*

Profissão *Securário*

Robertino Schneider
ASSINATURA DO ELEITOR

M. Carmo B. A. Brito

O presente título é expedido de acordo com o Código Eleitoral da República e seu cumprimento ao despacho do Presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado do Paraná e recebeu o numero *12.259* aos *11* dias do mês de *maio* do ano de *1936* mil e *doze* por

Assinatura

12.259
12.259

Polgar direito

Forma da identificação

Acervo da Memória Eleitoral do TRE/PR.

Neste período, previu-se, ainda, a possibilidade da utilização de máquinas de votar — empregadas pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1996 nas eleições municipais. Partidos e grupos de eleitores — com, no mínimo, cem pessoas — podiam registrar em um Tribunal Regional, até cinco dias antes da eleição, a lista de seus próprios candidatos.

Caso o cidadão se inscrevesse mais de uma vez, ele teria como pena três meses a um ano de prisão celular, ou seja, iria para uma cadeia onde ocuparia sozinho uma cela. Se tentasse qualificar-se, equivocadamente, *ex officio*, haveria multa pecuniária, conversível em prisão celular.

Além disso, se uma autoridade eclesiástica se recusasse a verificar os lançamentos concernentes a batismo ou casamento anteriores a 1889 ou a emitir certidão relativa aos dois atos, haveria multa

e, em caso de reincidência, privação dos direitos políticos. Se o cidadão fosse nascido antes de 1889, a declaração da sua certidão de batismo deveria ser gratuita.

Doze meses após o início da vigência do Código Eleitoral, o cidadão com direito de alistar-se e que quisesse exercer função ou emprego público, ou profissões para as quais necessitava a nacionalidade brasileira, devia apresentar o seu título eleitoral, um ano após ter completado a maioridade.

A grande implementação de uma legislação eleitoral ampla não satisfaz os opositores do governo. A fim de que pudessem retornar ao poder, setores da elite paulista demandaram, em julho de 1932, a destituição do Governo Provisório e a realização de uma rápida Assembléia Constituinte.

N. 3538.

TÍTULO DE ELEITOR
ESTADO DO PARANÁ



9. zona *Afipa*
Domicílio eleitoral *Afipa distrito de cidade.*
Número de ordem da inscrição *1536*
Data da inscrição no cartório *15-10-37*

Olga Suplicy de Almeida
Filiação *Valtun Suplicy*
Naturalidade *Paraná*
Idade *40* anos — Data do nascimento em *14 de agosto de 1896*
Qualificação *Estado civil casada*
Profissão *Almoxarém*
Olga Suplicy de Almeida
ASSINATURA DO ELEITOR

Em *27* de *maio* de *1937*
João
Polgar direito

Carimbo

Forma da impressão

Acervo da Memória Eleitoral do TRE/PR.

Também na década de 30, uma das motivações invocadas a *posteriori* pelos oposicionistas teria sido a presença, no governo de São Paulo, de militares interventores não-paulistas.

Contudo, apenas dois dos quatro governadores correspondiam a tal perfil — o último nomeado por Getúlio Vargas, antes da exacerbação do conflito, havia sido Pedro de Toledo, advogado nascido em São Paulo, cuja carreira política havia sido exercida a partir do seu próprio estado natal.

Sem apoio de outras unidades significativas da Federação, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o Estado de São Paulo iniciou, em julho, a Revolução Constitucionalista — nome consagrado pela história, conquanto o movimento fosse conservador.

Os paulistas obtiveram apoio formal apenas do Estado do Mato Grosso, de onde saiu o comandante da revolta. Os revoltosos capitularam logo em setembro, ao

proporem o armistício, não obstante a mobilização intensa do movimento — houve mesmo o pedido de reconhecimento do estado de beligerância aos consulados instalados na capital, porém pais algum acatou a solicitação. No início de outubro, teria fim o movimento. A ausência de apoio de outros estados teria decorrido do receio de São Paulo voltar a preponderar na política nacional.

Apesar da derrota, São Paulo obteve o atendimento de parte de suas reivindicações, como a nomeação, após quase um ano de encerramento do conflito, de um interventor afeito à elite local, e a convocação de uma grande Assembléia Constituinte para a elaboração de nova Carta Constitucional, a fim de regularizar, dentre outros tópicos, o sistema eleitoral.

Em novembro de 1937, Getúlio Vargas efetivaria um golpe de Estado e teria início o período do Estado Novo.

1957

TÍTULO ELEITORAL



Paraná, _____, No. 121

_____, 13a. ZONA

ANTONINA DE OLIVEIRA CARNEIRO:

19-9-1909 Porto Amazonas Casada

José Teixeira de Oliveira - Rita Lima de Oliveira

Doméstica Porto Amazonas

VOTA NA 25ª Vigessima quinta SEÇÃO

Antonina de Oliveira Carneiro

EM 10-4-57 José Carlos de Oliveira

JUIZ ELEITORAL

VOTOU:

<p>Em <u>3 10 58</u></p> <p><u>A. Viana</u></p> <p>RUBRICA DO PRESIDENTE</p> <p>Em _____ / 19____</p> <p>RUBRICA DO PRESIDENTE</p> <p>Em _____ / 19____</p> <p>RUBRICA DO PRESIDENTE</p> <p>Em _____ / 19____</p> <p>RUBRICA DO PRESIDENTE</p> <p>Em _____ / 19____</p> <p>RUBRICA DO PRESIDENTE</p>	<p>Em _____ / 19____</p> <p>RUBRICA DO PRESIDENTE</p> <p>Em _____ / 19____</p> <p>RUBRICA DO PRESIDENTE</p> <p>Em _____ / 19____</p> <p>RUBRICA DO PRESIDENTE</p> <p>Em _____ / 19____</p> <p>RUBRICA DO PRESIDENTE</p>	<p>Em _____ / 19____</p> <p>RUBRICA DO PRESIDENTE</p> <p>Em _____ / 19____</p> <p>RUBRICA DO PRESIDENTE</p> <p>Em _____ / 19____</p> <p>RUBRICA DO PRESIDENTE</p> <p>Em _____ / 19____</p> <p>RUBRICA DO PRESIDENTE</p>
--	---	---

Acervo da Memória Eleitoral do TRE/PR.

O código eleitoral de julho de 1950 estabeleceu o sufrágio universal e direto, com o voto obrigatório e secreto. Foram consideradas infrações penais: com penalidade de multa, deixar de alistar-se até um ano após haver completado 18 anos para os homens e um ano de exercício de profissão lucrativa para mulher com mais de 18 anos; com detenção entre três meses e um ano, o inscrever-se fraudulentamente

como eleitor; com detenção entre seis meses e um ano, (tentar) votar mais de uma vez ou no lugar de outra pessoa.

A fim de facilitar a fiscalização do escrutínio, o título voltou a ser composto com a foto do eleitor, ao lado das tradicionais informações como circunscrição, zona, município, filiação, naturalidade, endereço e número de série.

1986

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
MARCIO CARVALHO JARDIM

DATA DE NASCIMENTO: **20/11/1978** Nº INSCRIÇÃO: **0729 5466 0639** ZONA: **176** SEÇÃO: **0010**

MUNICÍPIO / UF: **CURITIBA/PR** DATA DE EMISSÃO: **17/05/2010**

JUIZ ELEITORAL: *[Assinatura]*
Desa. Regina Afonso Portes

Fonte: Título Eleitoral atual.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Jardim
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

O ano de 1985 marcou o fim da ditadura militar, que durou de abril de 1964 a março de 1985.

Foi publicada a Lei nº 7.444, de dezembro de 1985, sobre a revisão do eleitorado, ao tempo que se procedeu à gradativa e grandiosa implementação do processamento eletrônico de dados no alistamento, com o objetivo de aprimorar o processo eleitoral. Desta feita, o cidadão ficaria dispensado de entregar uma fotografia sua ao alistar-se.

Coube ao Tribunal Superior Eleitoral a definição dos procedimentos necessários para o cadastramento eleitoral, por meio da Res. nº 12.547, de fevereiro de 1986. Esse fato desencadearia,

em virtude de sua importância no âmbito do Judiciário, a necessidade de estabelecer uma data para assinalar o evento, o dia 18 de maio.

Além do mais, foi definido o novo modelo de título eleitoral. Nele, constam o nome do eleitor, a data de seu nascimento, seu número de inscrição, a zona, a seção, o município e a unidade da Federação em que o eleitor reside, além da data de emissão do título. É ele o documento ainda utilizado nos períodos de eleições no Brasil.

Fonte: Site do TSE

ARRAES, Virgílio Caixeta. Títulos eleitorais: 1881-2008. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2009. (Série Apontamentos, 2).

Espaço Cultural

Dr. Eros Nascimento Gradowski



Exposição Mulher Brasileira

Uma das homenageadas foi Zilda Arns, da Pastoral da Criança, que compareceu ao TRE/PR na abertura da exposição.
Foto: ASCOM - TRE/PR

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná possui um espaço destinado a preservar sua Memória Eleitoral, onde se encontra um grande acervo de documentos e materiais, que contam um pouco de sua história. Paralelamente, este mesmo espaço é utilizado para exposições de grande interesse para o público.

Inúmeros trabalhos artísticos já passaram pelo TRE/PR, como as belíssimas fotografias do fotógrafo internacional Sebastião Salgado, a exposição Mulher Brasileira, quadros do pintor Fernando Calderari e diversas exposições de pintores regionais, nacionais e internacionais, inclusive de vários funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Fonte: www.tse.gov.br

Os Fóruns Eleitorais

Projeto pioneiro do TRE/PR



O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná vem implementando desde 2001 um projeto pioneiro em todo o Brasil: **a construção de Fóruns Eleitorais no Estado.**

Os Fóruns Eleitorais proporcionam um atendimento mais ágil e eficaz ao eleitor, que aguarda a emissão do seu título com conforto e por poucos minutos. Assim, o eleitorado paranaense é atendido em uma Central de Atendimento, semelhante à de Curitiba, que conta com o Certificado ISO 9001/2000. Atualmente, o Paraná conta com 97 Fóruns Eleitorais.

Os terrenos dos Fóruns Eleitorais são doados pelas prefeituras com apoio das câmaras municipais. As obras são realizadas com recursos do orçamento da União e de emendas parlamentares e são concluídos em tempo médio de cinco meses.

Os Fóruns Eleitorais são divididos em três módulos:

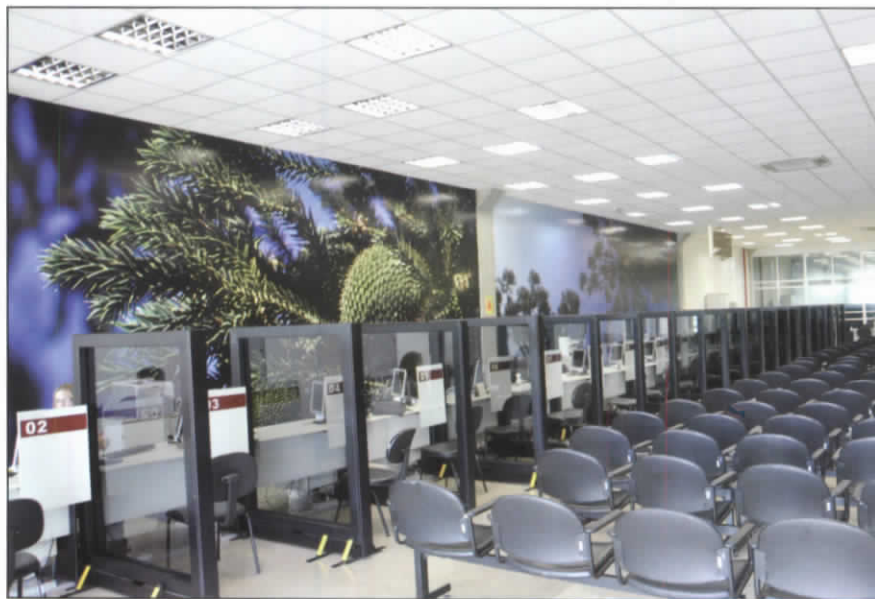
ÁREA ADMINISTRATIVA - Espaço com salas para os cartórios eleitorais, juízes, conferência de títulos, audiências, além de instalações sanitárias e copa.

DEPÓSITO DE URNAS - Área com capacidade para armazenamento das urnas do município e região, bem como instalações para realizar os procedimentos de carga e manutenção das urnas eletrônicas.

CAE - Central de Atendimento ao Eleitor - Destinada a receber os eleitores com conforto e agilidade, conta com uma ampla área, extremamente iluminada e arejada, com assentos e guichês de atendimento, sendo um preferencial (para portadores de necessidades especiais, gestantes e idosos).

Central de Atendimento ao Eleitor

Alistamento eleitoral totalmente informatizado



Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba - CAE. Foto: Francisco Carlos Duarte

Em 07 de junho de 1995, dia do aniversário de 50 anos do TRE-PR, primeiramente em Curitiba, no prédio da rua Dr. Pedrosa, o alistamento eleitoral foi inteiramente informatizado por um programa desenvolvido pela Secretaria de Informática.

No dia 07 de dezembro de 1996 o trabalho de informatização dos Cartórios Eleitorais de todo o Estado foi concluído. Hoje, o eleitor paranaense, em uma única visita, leva seu título pronto em no máximo 15 minutos.

KangUrna

Conhecendo o voto eletrônico



Veículo Kangoo - Renault - adaptados para a versão Kangurna.

Em 1996 foi realizada a primeira eleição informatizada da história do Brasil. Somente as capitais e os municípios do interior com mais de 200 mil eleitores contaram com a inovação; no Paraná, as urnas eletrônicas foram utilizadas em Curitiba e Londrina.

Nas eleições de 1998, a votação eletrônica alcançou os 21 municípios do Estado com mais de 40.500 eleitores: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava, São José dos Pinhais, Apucarana, Paranaguá, Umuarama, Arapongas, Campo Mourão,

Colombo, Campo Largo, Pinhais, Toledo, Paranavaí, Cambé, Araucária e Francisco Beltrão.

Entre julho e setembro de 2000, quatro veículos Kangoo (emprestados pela montadora Renault), percorreram os 399 municípios do Paraná. Equipados com uma televisão, um videocassete e uma urna eletrônica, os Kangurnas, como foram chamados, mostraram para a população paranaense a nova maneira de votar. A partir da eleição do ano de 2000, todos os municípios brasileiros passaram a ter votação eletrônica.

Informando o Cidadão

Divulgação dos direitos e obrigações político-eleitorais



Diplomação OPET e Rede Publica Municipal - Março de 2010. Foto: Everton Bahl Grabski

O Programa Informando o Cidadão teve início em 1997, por meio da ação conjunta da Secretaria Judiciária, Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação, Seção de Memória Eleitoral e o trabalho direto e indireto de muitos servidores e colaboradores.

Em março de 2003 o programa passa a fazer parte da Coordenadoria de Comunicação Social e, desde então, têm sido desenvolvidas várias atividades juntos à comunidade, buscando a cada dia novas formas de atingir seus objetivos.

O Programa é composto de vários projetos, com atuação, cada qual, em campos específicos, como informação, educação, arte, resgate da história da Instituição, entre outros.

Todos, porém, possuem como ponto em comum o objetivo de aproximar a Instituição da sociedade, oferecendo vários e sempre novos canais de interação entre ambas.

O *Informando o Cidadão* atua em três vertentes:

- Projeto de Memória Institucional, cujo objetivo é o foro de dados sobre a Justiça Eleitoral e as eleições no Paraná, disponibilizando material para ampla pesquisa a qualquer interessado;

- Projeto de Apoio Cultural à Comunidade, que pretende fomentar

manifestações culturais, recebendo no Espaço Cultural Des. Eros Nascimento Gradowski exposições de artes visuais e apresentações de músicas e literatura. Este espaço dispõe também de um acervo que ajuda a contar a história da instituição e do próprio processo eleitoral. Das exposições ocorridas, como forma de retribuição o artista doa uma obra para compor o acervo da União.

- Projeto Educacional, abrangendo o ensino fundamental, médio e superior, cujo escopo é, a um só tempo, explicar ao estudante o funcionamento da Justiça Eleitoral e alimentar a sua consciência cidadã, através de palestras e discussões a respeito de direitos políticos e obrigações cívicas, onde está incluído o Projeto Eleitor do Futuro, desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em parceria com o o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Dessa forma, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, por meio do Programa Informando o Cidadão, torna-se responsável com toda a comunidade na promoção do conhecimento dos direitos e obrigações político-eleitorais, assim como na difusão dos princípios democráticos junto aos estudantes e toda a sociedade a quem presta seus serviços, utilizando a cultura e a educação como elementos de integração.

Medalha do Mérito das Araucárias

Homenageando aqueles que contribuíram com a Justiça Eleitoral



Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às quinze horas e trinta minutos, na Sala do Conselho do Tribunal Regional Eleitoral, reuniram-se extraordinariamente em primeira deliberação o Excelentíssimo Senhor Presidente, Desembargador Ulysses Lopes, do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Desembargador Clotário de Macedo Portugal Neto, dos demais membros da corte, Excelentíssimos Senhores Doutores Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro, Joeci Machado Camargo, José Laurindo de Souza Netto, Fernando Quadros da Silva, Renato Cardoso de Almeida Andrade e João Gualberto Garcez Ramos, Procurador Eleitoral, e do Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Ivan Gradowski, Secretário do Conselho, o conselho tutelar para exame e julgamento das propostas de concessão da Medalha do Mérito Eleitoral das Araucárias.

Foram apresentadas, pelo Presidente do Conselho, a indicação do Excelentíssimo Senhor Ministro Carlos Mário da Silva Velloso – Presidente do Tribunal Superior Eleitoral pelos relevantes serviços prestados à Justiça Eleitoral e do Ilustríssimo Senhor José Carlos Mello Rocha – mesário mais antigo do Estado do Paraná, para receberem a referida Comenda das Araucárias, às 17:30 horas na Sala de Sessões deste Tribunal.

Desde então, já receberam a Medalha do Mérito Eleitoral das Araucárias:

- Ministro Carlos Mário da Silva Velloso em 2005;
- Sr. José Carlos de Mello Rocha em 2005;
- Ministro Milton Luiz Pereira em 2006;
- Dr. Paulo César Bhering Camarão em 2006;
- Dr. Egas Dirceu Moniz de Aragão em 2009;

EJE

Escola Judiciária Eleitoral



Aula Inaugural da EJE - Foto: ASCOM - TRE/PR

Por iniciativa do então Corregedor-Geral Eleitoral, Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira e por intermédio da Resolução nº 21.185, no ano de 2002 foi instituída a Escola Judiciária Eleitoral do TSE – Tribunal Superior Eleitoral, sendo que sob sua influência os demais Tribunais do país passaram também a incluir em suas estruturas.

A Escola Judiciária Eleitoral do Paraná, por sua vez, foi criada em 15 de maio de 2003, através da Resolução 437 do TRE/PR, por iniciativa do então Corregedor Ulysses Lopes e sob a presidência do Des. Moacir Guimarães, e ganhou novo impulso a partir do ano de 2009 por iniciativa da então diretora da EJE e então Corregedora Desembargadora Regina Afonso Portes e diretores sucessivos.

A EJE nasceu da necessidade do aprimoramento do conhecimento jurídico-eleitoral de servidores, magistrados e promotores, objetivando fomentar o exercício da cidadania e desenvolvimento da consciência política e eleitoral. O projeto considera a integração e funcionamento em rede com as demais Escolas do país.

Em 2009, a Escola teve seu sítio eletrônico desenvolvido para fins de melhorar o relacionamento e auxiliar na formação dos servidores do quadro do Tribunal, bem como, começou a estruturar fisicamente sua área que conta com auditório e num futuro próximo, espera-se, possa contar com quadro próprio de funcionários para poder atuar em prol de uma melhor capacitação dos servidores do quadro.

A concepção didático-pedagógica da Escola, que passou-se a construir, está ligada à interface tanto da Escola do Tribunal Superior Eleitoral quanto as suas co-irmãs nos demais regionais do país, que deverão funcionar em rede, segundo seus estatutos.

AEJE já fez reiterados cursos para formação de magistrados e servidores, bem como tem atuado em parcerias em Ciclos de Palestras Sócio-ambientais. A revista Paraná Eleitoral tornou-se uma revista acadêmica contando com Conselho Editorial em direito eleitoral e Ciência Política, adequando-se a uma das linhas de atuação da Escola Judiciária do TSE.

Agenda Ambiental

Ações para preservação do Meio Ambiente



Dr. Ivan Gradowski

O Tribunal Eleitoral do Paraná, desde abril de 2006, quando foi criada uma Comissão através da Portaria nº 22 denominada de Agenda Ambiental, vem realizando várias ações para preservação do Meio Ambiente. Foi implantado o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos com a coleta seletiva de resíduos, o plantio de árvores e diversas ações que visam acabar com todo o tipo de desperdício. Estão entre essas ações a substituição de garrafas por galões de água e a instalação de torneiras hidromecânicas. Atualmente trabalhamos


também para a instalação de toalheiros automáticos para secar as mãos.

Em 2009 iniciamos o trabalho para a coleta de resíduos também na Região Metropolitana e demais Fóruns no Interior do Estado. Dentro do processo de melhoria estamos desenvolvendo dois projetos: um em parceria com a Secretaria de Controle Interno, sobre a coleta de resíduos em cada Município; e o outro projeto de Educação Ambiental, que ora se consolida com o Ciclo de Palestras Socioambientais.

STATIONER'S REVISIONS
FILE-2
ZANES
1-2-3-4 =
176-177-178
STATIONER'S REVISIONS



A Urna e o Voto Eletrônico



A urna eletrônica brasileira ou máquina de votar brasileira é um computador responsável pelo armazenamento de votos durante as eleições. O dispositivo foi desenvolvido no Brasil em 1996 e desde então diversos outros países vêm testando esse e outros equipamentos de igual ou melhor função.

A urna eletrônica que automatizou 100% das eleições no Brasil, foi desenvolvida por uma empresa brasileira, a OMNITECH Serviços em Tecnologia e Marketing, entre 1995 e 1996, e aperfeiçoada, em 1997, gerando o modelo que se tornou o padrão brasileiro, até hoje.

Porém, em 1985 houve a implantação de um cadastro eleitoral informatizado pelo TSE, enquanto a urna eletrônica como se concebe hoje só foi desenvolvida em 1995, e utilizada pela primeira vez nas eleições municipais do ano seguinte. Porém foi em 1989, na cidade de Brusque, Santa Catarina, onde o juiz Carlos Prudêncio realizou a primeira experiência de votação com microcomputadores.

Atualmente, o Brasil realiza suas eleições com a ajuda da Urna Eletrônica - inicialmente chamada "coletor eletrônico de votos" - em todo o seu território.

A evolução no modo de votar

Urnas mudaram ao longo do tempo



Urna de lona



Urna de madeira



Urna eletrônica

Em 1893 entraram em cena as urnas de madeira, que foram substituídas, em 1940, pelas urnas de ferro. Segundo o secretário de tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral, Giuseppe Dutra Janino, somente dez anos depois é que as urnas de lona foram adotadas. *"Até hoje, em caso de pane das urnas eletrônicas, as urnas de lona são utilizadas"*, explica.

A evolução para a urna eletrônica começou em 1985, quando foi aprovada a Lei nº 7.444. Porém, só no ano 2000 é que o

novo método foi utilizado para eleger prefeitos e vereadores. *"A tecnologia só atingiu a totalidade do País em 2002, quando o Brasil votou para presidente"*, lembra Janino.

Entre os benefícios que a urna eletrônica agrega, o mais relevante é a agilidade na entrega dos resultados. O secretário do TSE afirma que nas eleições de 2008 o resultado total da contagem de votos em todo território brasileiro foi concluído em duas horas e meia.

Evolução Tecnológica

A vitória da democracia brasileira

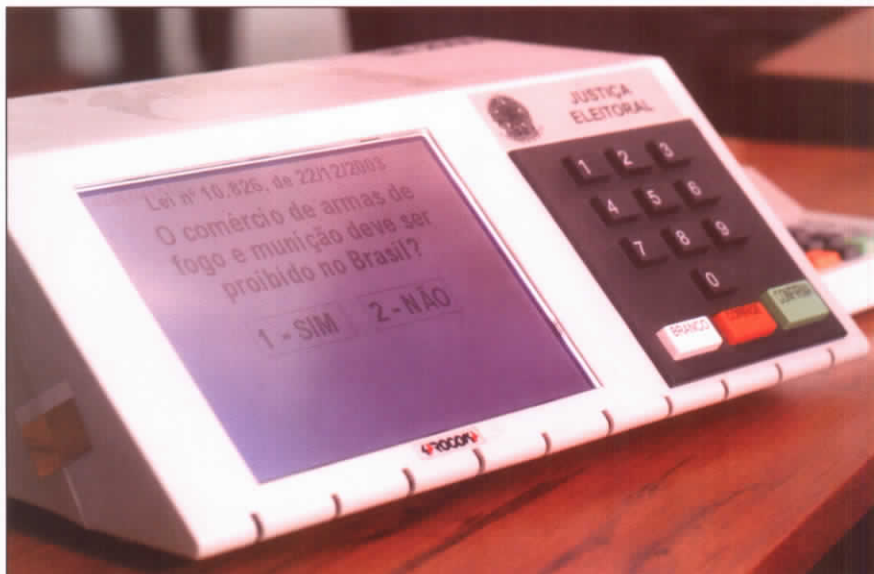


Foto: Wikipédia

Brasil, 27 de outubro de 2002, 10 horas da noite, cinco horas depois do fim das votações, o Brasil comemora o resultado da maior eleição do planeta.

Primeiro pronunciamento do Presidente Eleito – Luís Inácio Lula da Silva: “foi um belo espetáculo democrático que demos ao mundo, contribuíram para isso a atitude da Justiça Eleitoral e o Presidente da República”.

Mais de 115 milhões de brasileiros votaram. O processo eleitoral foi aplaudido no mundo todo e a urna eletrônica virou atração internacional, mais uma vitória da democracia brasileira.

Mas a história bem sucedida dessas eleições começou bem antes de 2002. O passo inicial foi dado em 1986 com o cadastramento dos eleitores e a criação de um cadastro informatizado único para todo o país. A segunda grande mudança veio nas eleições de 1994 com a informatização da Justiça Eleitoral, uma rede nacional de comunicação de dados passou a interligar os órgãos da Justiça Eleitoral. Os votos eram

apurados, digitados e transmitidos para os Tribunais e repassados para o Tribunal Superior Eleitoral. Mais de 90 milhões de eleitores votaram para Presidente em 1994.

“Coube-nos presidir as eleições gerais de 1994 e nos dedicamos a superar um outro problema a extrema lentidão das apurações e, sobretudo, da totalização dos resultados apurados, gerando como consequência a totalização pelos meios de comunicação de massa com distorções e eventuais manipulações de dados para influir no processo eleitoral o que gerou conflitos de monta em eleições anteriores.

Em 1994 se organizou uma imensa rede de captação imediata dos boletins de urna, vale dizer, do resultado de cada seção eleitoral e de sua transmissão aos computadores centrais dos Tribunais Regionais e do Tribunal Superior Eleitoral, isso nos permitiu com extrema rapidez, em cerca de 12 horas das eleições, já ter definido o quadro das eleições presidenciais e da maioria das eleições majoritárias. O que eliminou por completo este esforço da



Modelo de Urna Eletrônica - 2000.



Fotos: Everton Bahl Grabski

imprensa, sobretudo da televisão, de antecipar-se aos resultados oficiais com as totalizações paralelas. Foi um grande passo, a tecnologia adquirida, a equipe reunida foi o início dos grandes passos que viriam. Quando deixei a presidência do Tribunal após as eleições de 94 já falavam que um dia chegaríamos ao voto eletrônico". Ministro Sepúlveda Pertence, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

A informatização dos votos era o próximo desafio do Brasil, para isso o planejamento foi fundamental. O primeiro passo foi sensibilizar os Tribunais Regionais, os usuários e os poderes públicos sobre a importância do projeto para a democracia brasileira.

O TSE também criou uma comissão para debater e aprovar uma proposta de informatização do voto. Um grupo de especialistas em Direito Eleitoral e Informática estudou e definiu alguns requisitos para o novo sistema de votação.

"Como deveria ser essa urna eletrônica: Primeiro ela deveria ter a marca da simplicidade, ela deveria ser barata, ela não poderia criar obrigações adicionais ao exercício do voto, ela deveria ser acessível ao eleitor semi-analfabeto e mesmo ao

eleitor analfabeto. Essa urna, por outro lado, deveria ter uma certa autonomia de energia, porque há certas regiões no nosso Brasil em que não há energia elétrica, ou pode faltar e falta comumente a energia elétrica.

Esta urna deveria ser resistente ao frio do sul e também ao calor e a umidade da Região Amazônica. De outro lado, isto também deveria ser pensado, e foi; ela deveria ser resistente ao transporte para regiões mais remotas, estradas ruins, aos sacolejos do transporte. Tudo isso foi pensado e tivemos então a urna eletrônica que veio restaurar a dignidade do voto, por que ela elimina a fraude nas eleições tornando-as mais limpas, mais legítimas" (Ministro Carlos Velloso – Tribunal Superior Eleitoral).

A urna eletrônica fez sua estreia nacional nas eleições de 1996, uma campanha educativa em todo país, preparou o eleitor para a novidade. A campanha incluiu também a distribuição de *folders* e cartazes e a organização de seminários e encontros com formadores de opinião. A urna eletrônica foi colocada em vários locais públicos, como escolas, mercados e até estádios de futebol para o treinamento dos eleitores.

Em 1996, 32 milhões de eleitores

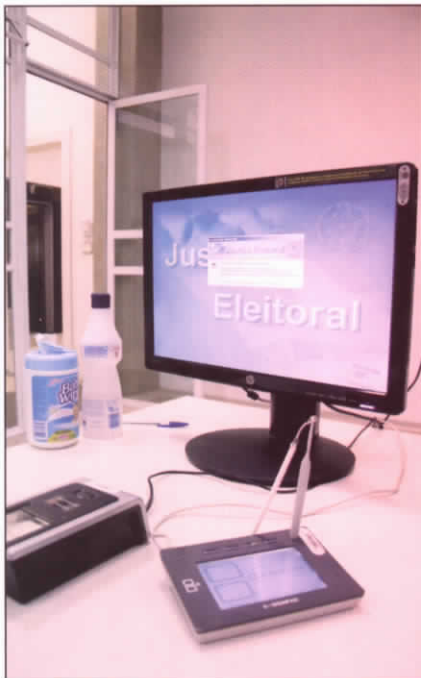


Foto: Marcos Xreda e André Rodrigues

usaram a urna eletrônica no lugar do voto manual. Urnas adquiridas: 77.469; eleitorado total 101 milhões; percentual do eleitorado com urna eletrônica: 32%; municípios com urnas eletrônicas: 57; percentual de municípios com urna eletrônica: 1%.

Opinião de diversos eleitores:

"O voto eletrônico diminuiu o risco de fraudes e também é mais rápido pro acesso para votar, porque é mais simples a votação".

"Facilimo, é só digitar e aparece o candidato".

"Eu particularmente achei mais fácil, o voto até hoje foi bem rápido, e sem contar a automação de todo o processo, a agilidade que tem".

"É realmente mais seguro e mais fácil".

A primeira experiência do sistema informatizado foi nas eleições de 1996 e as adaptações foram feitas para as eleições presidenciais de 1998: 61 milhões de eleitores usaram as urnas eletrônicas o



Foto: Marcos Xreda e André Rodrigues

dobro de 1996. Urnas adquiridas 90.127; eleitorado total 106 milhões; percentual do eleitorado com urna eletrônica 62%; municípios com urna eletrônica 537; percentual de municípios com urna eletrônica 10%.

"Desde 1995 quando se decidiu pela implantação do voto informatizado no país, a principal preocupação com todo esse processo era a segurança. O voto eletrônico deveria vir para acabar com a cédula, que propiciava a interpretação da vontade do eleitor, que propiciava o mapismo, que propiciava uma série de figuras que levavam a fraude. A urna eletrônica teria que vir com toda segurança e eliminar de uma vez por todas a possibilidade de qualquer fraude no registro da vontade do eleitor e na apuração do voto por ele registrado. Com relação ao hardware por exemplo, o equipamento é rústico, é um equipamento que só tem acesso pelo eleitor na parte frontal ao teclado e na parte traseira também não possibilita qualquer acesso ao programa ou qualquer coisa que seja.

Com relação a lacração dos programas, colocação dos programas e assinatura desses programas, ela é feita na presença dos partidos políticos, dos



Foto: Marcos Xreda e André Rodrigues

candidatos e dos eleitores. Após as eleições todos os dados da urna eletrônica registrados, quer os dados dos boletins de urna, os dados dos logs, ou seja dos arquivos das urnas são colocados a disposição dos partidos políticos para que analisem e verifiquem toda segurança do processo, toda lisura do processo. Isto acrescido ainda de uma outra coisa implantada esse ano, que foi a votação paralela, que permite que no dia da eleição seja feita uma prova em votação por cédula e em votação na urna eletrônica em urnas previamente sorteadas, e isso garante também que naquele dia tudo se registrou conforme o previsto" Paulo Camarão – Secretário de Informática do Tribunal Superior Eleitoral.

O sonho de uma eleição inteiramente informatizada virou realidade em 2000, quando 110 milhões de eleitores usaram a urna eletrônica. Um complexo programa de logística garantiu que o novo equipamento chegasse a todos os cantos do país. Urnas adquiridas: 191.800, eleitorado total: 110 milhões; percentual do eleitorado com urna eletrônica: 100%; municípios com urna eletrônica: 5658; percentual de municípios com urna eletrônica: 100%.

"Em 2002 realizou-se a maior e mais complexa eleição do país e em

nenhuma das 320.458 seções eleitorais, por mais distante que fosse sua localização, alguém deixou de votar porque a urna deixou de chegar ao seu destino. Para se ter uma idéia de grandeza do que isso representa, tome-se como exemplo o Estado do Amazonas, que não é o estado mais populoso do país, não tem o maior eleitorado, não é o que tem maior número de seções eleitorais, mais é o maior em extensão territorial e é o que tem lugares com as condições mais difícil de acesso, no interior do Amazonas existem 2492 seções eleitorais, a mais próxima da capital fica a 80km e a mais distante a quase 2000km, incluindo aldeias indígenas e áreas rurais onde o transporte é feito por embarcações ou por helicópteros, em todas as seções eleitorais a Justiça Eleitoral esteve presente com a urna eletrônica.

Para transportar as urnas por via terrestre, aérea ou fluvial a Justiça Eleitoral tem utilizado lanchas, helicópteros e outros meios fornecidos pelas Forças Armadas, além de veículos contratados junto aos Correios e a outras empresas do ramo. Mesmo nas seções onde não há ou, por ventura tenha faltado energia elétrica, todos puderam votar, porque as urnas possuem bateria interna com autonomia de até 12



Foto: Marcos Xreda

horas e tem condições de funcionar também com bateria externa. Ao término da votação nos lugares remotos e de difícil acesso os resultados foram imediatamente transmitidos via satélite para o TRE do Estado por meio do sistema Nera de telefonia móvel ou pelo Global Star que é o sistema celular de transmissão de dados. A tecnologia e a logística, a atuação dos grandes agentes políticos, magistrados, servidores, cidadão em geral, bem como as parcerias promovidas pela Justiça Eleitoral além de assegurar o exercício do voto a todos os inscritos no cadastro de eleitores, permitiram que no segundo turno 97% dos votos estivessem totalizados no mesmo dia da eleição" Miguel Campos – Diretor Geral do Tribunal Superior Eleitoral.

A implantação gradual da urna eletrônica nas eleições de 1996, 1998 e 2000 garantiu uma transição tranquila do voto manual para o eletrônico.

O processo é simples e transparente, antes da votação a urna emite um documento comprovando que os números dos candidatos estão armazenados e com zero votos. A apuração começa após às 17:00 horas e o boletim de urna é impresso em 05 (cinco) vias assinadas pelos mesários e fiscais de partido. Em seguida os dados são criptografados e levados para totalização.

Nas eleições de 2002 o desafio era ainda maior, além do Presidente, os eleitores escolheram também os Deputados Federais e Estaduais, 02 (dois) Senadores e Governador de Estado. Urnas adquiridas 51.000, eleitorado total 115 milhões, percentual do eleitorado com urna eletrônica 100%, municípios com urna eletrônica 5658, percentual de municípios com urna eletrônica 100%.

Novamente as campanhas educativas foram decisivas, o material impresso foi distribuído por todo país e o horário gratuito para divulgação da campanha em rádio e televisão garantiu o acesso à informação a milhões de brasileiros.

A maior eleição do planeta em volume de votos foi um sucesso, os resultados parciais eram divulgados a cada dez minutos através da internet. Mais de cem milhões de votos foram apurados até às 22:00 horas, cinco horas depois do fim das votações. Os números eram impressionantes: 115 milhões de eleitores, 406 mil urnas, 320.458 seções eleitorais, 18.151 candidatos, 1.654 cargos disputados.

O voto informatizado não foi a única novidade nas eleições de 2002, o Tribunal Superior Eleitoral introduziu também um novo sistema de prestação de contas das campanhas eleitorais.

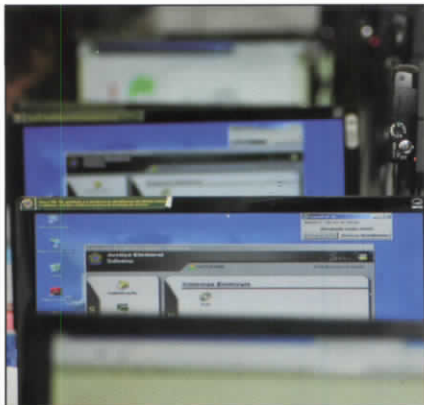


Foto: Everton B

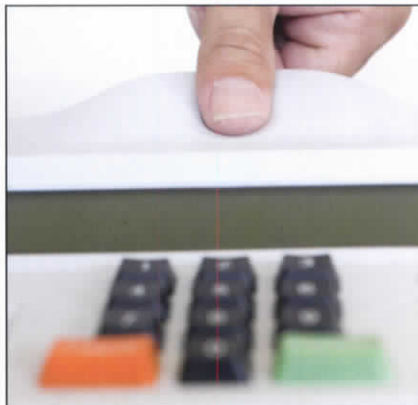


Foto: Marcos Xreda e André Rodrigues

"As eleições de 2002 no Brasil foram um sucesso, um sucesso de comparecimento do eleitorado, sucesso na realização da eleição e sucesso na sua apuração. Nas prestações de contas dos partidos avançamos muito também, criamos grandes mecanismos intercorrelacionados de fiscalização junto à Receita Federal, tivemos a possibilidade de acessar os dados da Receita Federal junto com os dados da prestação de contas. Temos algumas coisas a fazer ainda, no sentido de informatizar também a prestação de contas, para facilitar não só o trabalho da Justiça Eleitoral como também o trabalho do cidadão para saber quem é quem, quem gastou o que e o que foi gasto. Tudo isso viabilizou-se, também, porque a Secretaria da Receita Federal fez com que tivéssemos a chance, com o convênio, de acessar esses elementos e trocar informações *on line* que viabilizavam, não só os atos de fiscalização no que diz respeito à Secretaria e os atos no que diz respeito ao cumprimento da lei de campanhas eleitorais". Ministro Nelson Jobim – Ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

O sistema de prestação de contas é hoje o mais avançado do mundo, garantindo e aprimorando a democracia eleitoral.

"As eleições gerais de 2002, que mobilizaram um eleitorado de cerca de 100 milhões de cidadãos com absoluta ordem e com a implantação total do mecanismo do voto eletrônico, significam um ponto culminante nesta evolução. É claro, há ainda e sempre haverá tarefas a cumprir, como

será agora o esforço para aperfeiçoar a identificação do eleitor de modo a fechar as portas às únicas formas de fraude ainda existentes. Na votação, na apuração podemos comemorar uma absoluta lisura e segurança do processo eleitoral brasileiro eliminando fraudes seculares que punham em dúvida a lisura das eleições e consequentemente a legitimidade democrática dos eleitos. Estamos conscientes de que o problema da implantação e da consolidação da democracia na América Latina, sobretudo é um problema comum de todos os povos irmãos. E por isso estamos intensificando os nossos contatos com a intermediação da ONU e a da OEA para a troca permanente de experiências e ao mesmo tempo pondo a disposição dos países a tecnologia desenvolvida no Brasil e da qual nos orgulhamos". Ministro Sepúlveda Pertence, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Na década de 30, um marco, as mulheres votaram pela primeira vez, a urna ainda era de madeira. Em 2002 mais de 115 milhões de brasileiros usaram a urna eletrônica para escolher seus representantes, índios, negros, brancos, pessoas de todas as raças e credos, gente que exerceu no voto o direito de ser cidadão.

"Voto é decisão, é Brasil no coração".

Texto reproduzido do DVD
Voto Eletrônico:
A Vitória da Democracia Brasileira

Realização: TSE
Tribunal Superior Eleitoral
Justiça Eleitoral
Brasil - 2003

O que é a Impressão Digital

Entenda melhor cada detalhe da impressão digital e como é feita a sua leitura



Aparelho usado na coleta das digitais, um dos componentes do kit bio.

A impressão digital, ou datilograma, é uma característica única de cada pessoa. *"É o desenho que representa a combinação das cristas papilares, as elevações da pele, e os sulcos interpapilares, a região entre as cristas papilares, que podem ser encontradas nas palmas das mãos"*, explica o papiloscopista da Polícia Federal, Alexandre Donicci.

Essa particularidade física, para ser usada como característica biométrica, precisa atender a princípios como o da perenidade, variabilidade e classificabilidade.

A perenidade está relacionada com o tempo em que a pessoa carrega o traço biológico sem que este seja modificado até o fim da vida. A variabilidade é associada ao fato de que cada pessoa tem uma característica diferente da outra. E a classificabilidade é aquela que permite a classificação de modo único de cada

indivíduo. Um dos primeiros pesquisadores a estudar a impressão digital foi o italiano Marcello Malpighi (1628-1694).

Porém, foi apenas em 1892 que o antropólogo inglês Francis Galton publicou a primeira classificação dos tipos de impressão digital conhecidos também como "detalhes de Galton", muitos utilizados até hoje. Galton provou, por meio de pesquisas, que as impressões digitais não mudam durante a vida de um indivíduo e nenhuma digital é exatamente igual à outra.

No Brasil, a impressão digital começou a ser utilizada em 1903, trazida na época pelo diretor do Gabinete de Identificação e Estatística do Distrito Federal, Felix Pacheco, para a "identificação dos delinquentes". Mas só quem obteve o registro após 1912 teve a identidade emitida pelo Instituto Félix Pacheco (IFP).

Fonte: Urnas biométricas, uma nova revolução tecnológica

O que é a biometria?

Como é realizada a coleta da impressão digital através do processo biométrico



A biometria está muito presente em filmes e seriados, principalmente aqueles com temática policial e investigativa. Não são raras as cenas em que, para abrir uma porta ou um cofre, o personagem precisa colocar a mão ou os olhos em um *scanner* biométrico.

O termo biometria significa medição biológica, ou seja, é o estudo das características físicas e comportamentais de cada pessoa. O princípio básico desta técnica para identificação é: seu corpo, sua senha.

Embora tenham se tornado famosas há pouco tempo, as técnicas de reconhecimento por meio das características das pessoas já eram utilizadas na China no ano 800 d.C., quando comerciantes confirmavam a identidade de seus clientes por meio da impressão de suas digitais em tábuas de barro.

Já foi possível perceber que, mesmo a ideia já sendo usada há muito tempo, até recentemente os *scanners* biométricos eram apenas coisa de televisão. A maior limitação para o avanço na área se deve aos aparelhos utilizados, afinal não é assim tão simples criar um *scanner* de retina ou palmar que extraia apenas as informações necessárias.

Para que um sistema biométrico funcione sem problemas, alguns equipamentos são necessários: *scanner* ou sensor, um computador relativamente potente e um *software* para a análise das imagens captadas.

Em teoria, o processo de análise biométrica é bem simples. Quando o *scanner* é acionado, a principal função dele é obter uma imagem nítida e de alta resolução do objeto em estudo: digitais e geometria da mão, íris, retina, expressões faciais.

O passo seguinte é colocar a imagem captada à disposição do *software* biométrico, o qual analisa e extrai as características mais relevantes da figura.

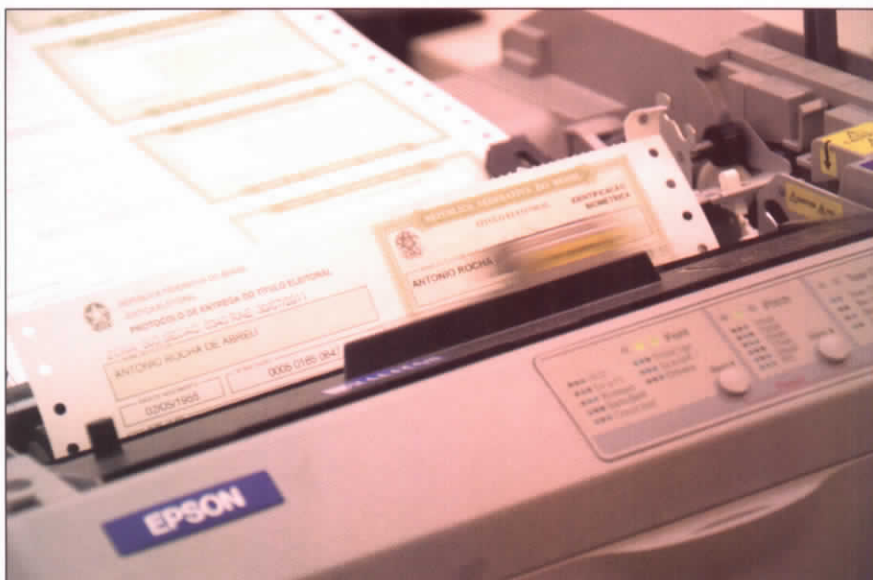
Uma vez com as características extraídas, a última etapa consiste na comparação entre a imagem obtida e as fotos presentes no banco de dados. Esta verificação é feita com o auxílio de diversos algoritmos, cada um trabalhando da sua maneira.

O tipo de biometria mais utilizado é a da impressão digital, a forma mais comum de identificação. Além de ser o método mais rápido, é também o que exige recursos de mais baixo custo.

Fonte: www.tecmundo.com.br

Eleições mais modernas e seguras

Brasil será o único país do mundo a identificar o cidadão
pela digital na hora



Depois de se tornar referência mundial ao adotar a urna eletrônica em 1996, o Brasil se prepara para dar mais um salto tecnológico com a implantação da urna biométrica. O equipamento vai identificar o eleitor pelas impressões digitais na hora do voto. A promessa é que a urna acabará com qualquer possibilidade de uma pessoa votar no lugar de outra.

Os primeiros testes foram feitos nas eleições de 2008, em três cidades. Nas eleições de 2010, o sistema foi implantado em outros 61 municípios. As duas etapas foram importantes porque o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quis checar todas as possibilidades de erro.

Segundo o secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Janino, até 2018 a urna biométrica estará em todas as seções dos 5,5 mil municípios brasileiros. A mudança teve repercussão internacional e o Brasil foi procurado por mais

de 50 países interessados na tecnologia. Já assinou acordos de cooperação técnica, por exemplo, com a Argentina, Paraguai, México, Equador e República Dominicana.

Atualmente, o país é o terceiro do planeta em número de eleitores, atrás apenas da Índia e dos Estados Unidos. Para atender a esses 130 milhões de pessoas com direito ao voto, o TSE precisa de uma estrutura com dois milhões de mesários em quatrocentas mil seções eleitorais nos 5.560 municípios. Sem contar que a cada eleição esse número aumenta 5% em média.

Janino afirma que o país optou pela identificação biométrica por impressão digital por se tratar de um processo ágil e seguro, muito utilizado inclusive pelas práticas forenses. A nova urna vai garantir a unicidade do cidadão e a lisura do processo eleitoral.

O processo

Entenda como funcionará a biometria no país



Ainda de acordo com o secretário, para criar o novo cadastro dos eleitores brasileiros com base em dados biométricos das impressões digitais, o TSE exigiu vários pareceres técnicos dos peritos da Polícia Federal. Todo esse esforço teve como objetivo assegurar a eficiência do sistema de coleta e proteger o voto do cidadão nas urnas.

A biometria utiliza características físicas para distinguir pessoas, por traços faciais, íris, retina, voz, grafia e pelas impressões digitais. Segundo o chefe de Divisão do Instituto Nacional de Identificação (INI) da Polícia Federal, Lander de Miranda, dos mais de sete bilhões de habitantes do planeta ninguém tem impressões digitais iguais às de outra pessoa, por isso o modelo é tão seguro.

Para adotar o novo sistema, o país terá que investir ao todo cerca de R\$ 485 milhões em equipamentos, em 08 anos. O treinamento de pessoal está incluído no

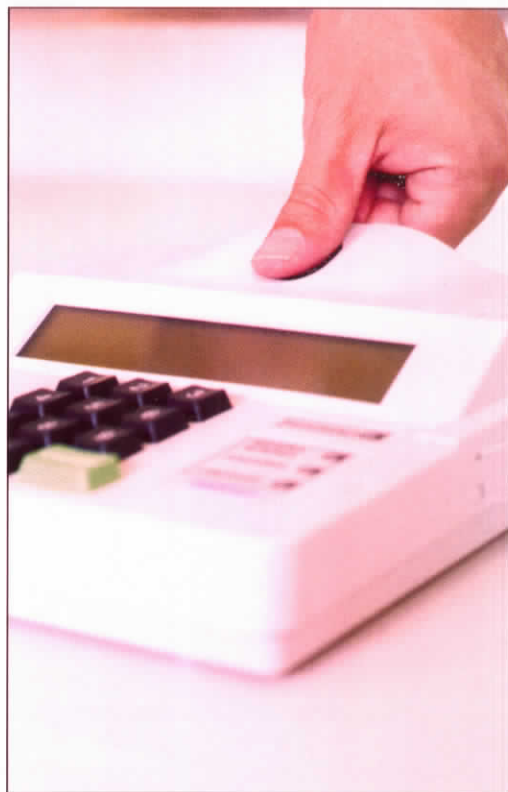
orçamento de cada Tribunal Regional Eleitoral (TRE). De acordo com Miranda, os papiloscopistas – especialistas em identificação de impressões digitais – foram os responsáveis pelo treinamento dos funcionários do TSE.

Conhecidos como multiplicadores, esses funcionários repassarão o conhecimento para os demais envolvidos na captura das digitais dos eleitores no cadastramento nos TREs. A coleta adequada é uma parte importante do processo, pois é a partir desse registro que o eleitor desbloqueará a urna no dia das eleições.

Os dados coletados pelos TREs no cadastramento serão enviados para um banco de dados da Polícia Federal e depois de processados serão armazenados no TSE. O título de eleitor permanece o mesmo. O que mudou foi o sistema que os mesários usarão no dia das eleições para habilitar o voto.

O que muda

As diferenças nas Eleições Biométricas



Urna eletrônica com leitor biométrico

O novo sistema, de acordo com Janino, ainda não permite que o eleitor vote em qualquer lugar do país. Esta será uma outra etapa do processo. Os registros coletados estarão disponíveis apenas nas urnas biométricas das seções eleitorais autorizadas. E quem estiver fora da cidade deve justificar a ausência nos locais habilitados.

A urna biométrica será bloqueada e desbloqueada, a cada voto, pela conferência automática da impressão digital. O mesário irá confirmar se a pessoa que está

votando é a mesma cadastrada pelo número do título e pela foto armazenada no sistema.

Caso uma digital não seja reconhecida pelo sistema, a abertura da urna será feita pelo mesário por meio da conferência dos dados biográficos e do título de eleitor. Se ficar comprovado que a digital do eleitor armazenada na hora do voto não é a arquivada no banco de dados, será aberto um protocolo de investigação e o eleitor poderá ter o título suspenso. Esse rigor na fiscalização, segundo Janino, ajudará a coibir a fraude do mesário.

Recadastramento obrigatório

Como os eleitores reagiram à convocação



Dos 61 municípios espalhados por todas as regiões brasileiras, onde o sistema foi implantado em 2010, Nuporanga foi escolhido para representar São Paulo. A cidade tem cerca de sete mil habitantes, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2007, e está a quatrocentos quilômetros da capital.

O chefe do cartório eleitoral, Edmir Francisco Pereira, e seis representantes da sede do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE/SP) passaram por treinamento de uma semana em Brasília. O juiz eleitoral da cidade criou um agendamento e durante quatro meses os cidadãos puderam consultar, em cinco postos, o horário e o local marcado para o recadastramento. Os eleitores foram organizados por ordem alfabética, e o atendimento foi de quatorze pessoas em média, por hora.

"Por ser uma coisa nova, era esperado que tivéssemos algum problema com a internet, mas foi tudo muito tranquilo", explica Pereira. A funcionária do cartório, Francine Cristina Faria, se orgulha de ter participado do processo. "É muito bom trabalhar aqui. Como é uma novidade, as pessoas concordam com tudo e, por exemplo, quando o sistema falhava, não se importavam de voltar outro dia", conta.

Para Pereira, a urna biométrica vai acabar de vez com as denúncias constantes de que votos foram registrados

em nome de pessoas mortas. *"Não tem chance de essa fraude acontecer. A identificação é certa. O cadastro passa a ser nacional e isso é outra ótima vantagem", afirma o chefe do cartório de Nuporanga.*

Em Hidrolândia, em Goiás, o recadastramento de moradores aconteceu no fim de 2009. O chefe de cartório, Fernando Kazuto Sado, e o analista judiciário Daniel Kenji Sano foram capacitados em Goiânia para recadastrar a população. Segundo Sado, mesmo com pouco tempo para o recadastramento, foi tudo muito tranquilo. *"Só nos últimos dias ficou mais tumultuado. O que é normal", afirma o chefe de cartório de Hidrolândia. No município, durante o recadastramento, 25% dos títulos foram cancelados, um índice considerado baixo pelo TRE.*

Incentivada pela mãe, Luciana da Paz de Jesus, 16, requereu o título e o primeiro voto dela vai ser na nova urna. *"Essa experiência é ótima. Estou morrendo de ansiedade para votar pela primeira vez. Quero ficar treinada logo", comemora Luciana. A mãe e a moça passaram uma hora e meia no ônibus e andaram mais meia hora para chegar ao cartório eleitoral. "Moramos no município de Garavelo Sul, mas não me importo com a distância porque ela tem que votar. É importante. Trouxe meus outros filhos e agora é a vez dela", se orgulha Adalcina da Paz de Jesus.*

A biometria em Balsa Nova

Denilson Schmitt dos Santos, chefe de cartório da 182ª Zona Eleitoral de Campo Largo, relata como foi o processo biométrico na cidade

Foto: Everton Bahl Grabicki - CCS



Funcionários do TRE/PR realizam o cadastramento biométrico da população de Balsa Nova

"Nove de novembro de 2009 marca o início oficial da implantação da biometria no Paraná. Balsa Nova foi a cidade escolhida, com pouco mais de 9000 eleitores à época. Relembrar este período é rememorar as dificuldades e desafios, e especialmente as vitórias. O orçamento era pequeno. O desconhecimento sobre o assunto, a falta de pessoal e as dificuldades locais eram barreiras a serem vencidas.

A primeira providência foi compreender o sistema biométrico. Para isso alguns colegas foram até Búzios, no Rio de Janeiro, observar a biometria que estava sendo realizada. Trouxeram as idéias e um sonho na bagagem. Tínhamos agora que encontrar um espaço para fazer o cadastramento. Dificuldades novamente: ou eram pequenos, ou estavam ocupados. A Prefeitura nos cedeu o Centro de Eventos, o qual não contava com linhas de ônibus até o local, nem telefone. O espaço era excelente, embora com suas restrições. Novos desafios, novas idéias. Esse poderia bem ser o resumo de nossa epopéia.

Deixemos de lado os pormenores, já que não se trata de um relatório, mas sim de uma celebração. Celebração das vitórias titânicas, não de um, nem de uma dúzia, mas

de um corpo de servidores, colaboradores e mesmo eleitores que participaram daquele primeiro passo. Parafraseando Neil Armstrong: um pequeno passo para alguns homens, mas um grande salto para nossa democracia.

Citar os nomes de todos os heróis é impossível numa única página, mas não posso deixar de mencionar o apoio irrestrito que tivemos de nosso Juiz Eleitoral, o Dr. Antonio Franco Ferreira da Costa, que, mesmo nos momentos difíceis, nos deu o ânimo necessário para continuar.

Lembro da "van" do Tribunal chegando ao Centro de Eventos cercado pelos amarelos campos de trigo trazendo nossos colegas servidores, e nos seus olhares refletidas a mesma garra e determinação que em 2011 encontrei em Curitiba durante os trabalhos de cadastramento. Somos todos vencedores e isso é que nos faz diferentes. Balsa Nova, agora Curitiba. Um a um, cada município fará sua história, com suas vitórias e heróis. Acima de tudo, mostraremos ao Estado e ao País que somos capazes de transformar sonhos em realidade. Parabéns, TRE-PR!"

Denilson Schmitt dos Santos

Inauguração

Ministro Ricardo Lewandowski lança recadastramento biométrico em Curitiba

Aniele Nascimento/Gazeta do Povo



Ministro Ricardo Lewandowski na Central de Atendimento ao Eleitor em Curitiba

O lançamento oficial do recadastramento biométrico eleitoral ocorreu no dia 28 de março de 2011, no Fórum Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba. O evento contou com a presença de diversas autoridades, entre elas o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Ricardo Lewandowski.

Estava lançado o desafio. O TRE/PR tinha a missão de recadastrar um universo de 1.311.181 eleitores e tornar Curitiba a primeira entre as capitais do Sul e Sudeste do País a concluir o recadastramento no sistema biométrico.

"Curitiba e o Paraná aceitaram o desafio de fazer todo o cadastro biométrico da capital. Tenho certeza de que a Justiça Eleitoral terá o apoio do Estado e do Município para esse desafio", disse o ministro Lewandowski.

Neste momento muitas eram as dúvidas e incertezas sobre como se daria o processo de recadastramento, e o único objetivo era o sucesso do projeto.

Fonte: www.fabiocampana.com.br

O povo curitibano

Moradores da cidade mais cosmopolita do Paraná atendem ao chamado do TRE para o cadastramento biométrico



Eleitor do futuro

De povoado a metrópole, o traço fundamental que definiu o perfil de Curitiba foi a chegada de imigrantes das mais variadas procedências. Europeus e asiáticos contribuíram para a formação da estrutura populacional, econômica, social e cultural da cidade. Da mesma forma, paulistas, gaúchos, mineiros, nordestinos, enfim, brasileiros de todas as localidades, também aqui se encontram construindo a imagem de Curitiba.

Até o século 18, os habitantes da cidade eram índios, mamelucos, portugueses e espanhóis. Com a emancipação política do Paraná (1854) e o incentivo governamental à colonização na segunda metade do século 19, Curitiba foi transformada pela intensa imigração de europeus.

Alemães, franceses, suíços, poloneses, italianos, ucranianos, nos centros urbanos ou nos núcleos coloniais, conferiram um novo ritmo de crescimento à cidade e influenciaram de forma marcante os hábitos e costumes locais.

Atualmente a cidade de Curitiba conta com 1.751.907 habitantes que se dividem em 835.115 homens e 916.792 mulheres (segundo informações do censo 2010).

Deste total encontram-se aptos a exercer o voto um total de 1.309.961 eleitores, sendo 610.127 homens e 698.545 mulheres. Em 2011 a população de Curitiba foi convocada para o cadastramento biométrico eleitoral e atendeu ao chamado do TRE-PR confirmando assim a confiança e o respeito aos serviços prestados pelo órgão.

Além de possuir um povo dotado de consciência cívica, Curitiba também deve ser lembrada pelo seu alto índice de qualidade de vida. É considerada uma das metrópoles brasileiras mais prósperas, organizadas e com melhor qualidade de vida, apresentando-se como um modelo em soluções de urbanismo, educação e meio ambiente.

Fonte: www.curitiba.pr.gov.br

Missão cumprida

O TRE/PR bate meta de 80% do eleitorado revisado e Curitiba terá eleições biométricas a partir de 2012

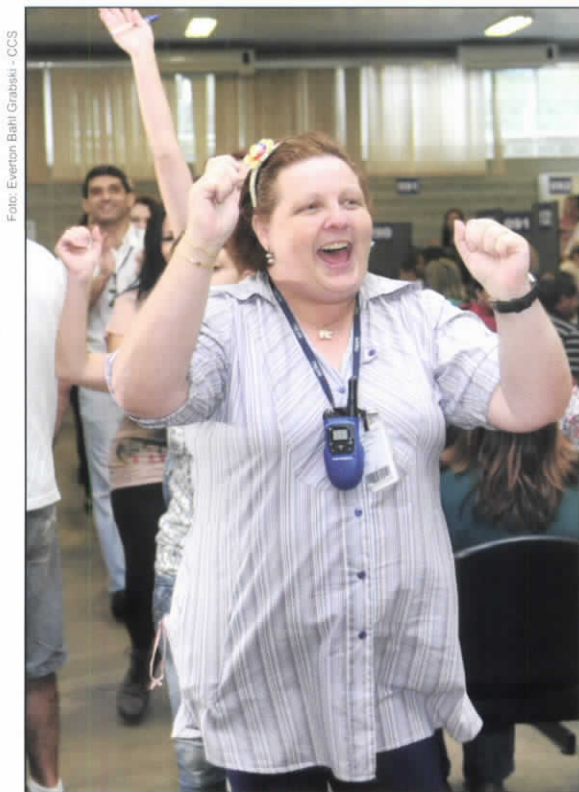


Foto: Everton Bahil Grabiski - CCS

Servidores e colaboradores da Central de Atendimento em comemoração efusiva

Há apenas um dia do término do prazo para a realização do recadastramento biométrico, o TRE/PR conseguiu alcançar o quantitativo de revisões biométricas exigido pelo Tribunal Superior Eleitoral. Esta quantidade de revisões permite que a cidade de Curitiba realize as próximas eleições dentro do sistema biométrico.

O percentual de 80% do eleitorado, 1.005.213 votantes recadastrados, foi atingido no dia 19 de janeiro de 2012 por volta das 10h30min.

O momento foi aguardado com ansiedade por todos aqueles que faziam parte da equipe envolvida nos trabalhos de

recadastramento. Servidores e colaboradores comemoram com muita alegria o objetivo alcançado. Foram aplausos, panelas, apitos, muita descontração e a sensação de dever cumprido.

Após a pequena manifestação de orgulho e satisfação, servidores e colaboradores retomaram as atividades pois ainda havia muito trabalho a ser feito, já que o prazo final terminaria apenas no dia seguinte.

Valeu o esforço, a união e o entusiasmo que nunca faltaram a toda equipe da Central de Atendimento ao Eleitor.

Missão cumprida!!

O dia de maior atendimento

No dia 20/01/2012 o TRE/PR bate recorde de atendimentos



Fila de eleitores que aguardavam o atendimento

Os últimos dias destinados ao recadastramento biométrico foram os mais movimentados e as filas para espera de atendimento estavam quilométricas.

A última semana de recadastramento começou movimentada, na segunda-feira, dia 16 de janeiro de 2012, foram atendidos 9.826 eleitores porém o pico de atendimentos se deu no dia 20 de janeiro, sexta-feira, dia em que o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná recebeu um número recorde: **14.168 ELEITORES**.

Prevendo essa movimentação, o TRE/PR providenciou alguns preparativos para estes dias de maior movimento.

A DIRETRAN (Diretoria de Trânsito de Curitiba) esteve presente, na figura de seus agentes de trânsito, organizando todo o

tráfego nos arredores do Tribunal. A polícia militar também foi acionada para monitorar a população que chegava ao local. Trabalhou orientando os cidadãos mais exaltados bem como auxiliou na orientação do tráfego de automóveis.

Tanto o Estado como o Município colaboraram para que o recadastramento pudesse ser realizado com a máxima ordem e eficiência possível. Graças ao auxílio destas entidades o TRE/PR não teve problemas que envolvessem a segurança e o bem-estar dos cidadãos curitibanos.

Neste dia o TRE/PR também contou com a presença de toda a imprensa que acompanhou o trabalho de recadastramento até o seu fechamento.



Os Presidentes do TRE/PR



O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná foi instalado numa sessão onde foi empossado o primeiro presidente - o Desembargador Carlos Guimarães, em 9 de junho de 1932, e foi extinta pelo Presidente Getúlio Vargas, em 1937, sob a Presidência do Desembargador Hugo Gutierrez Simas.

Com a restauração da Justiça Eleitoral do Paraná, em 7 de junho de 1945, pelo próprio Getúlio Vargas, assumiu a Presidência o Desembargador Clotário de Macedo Portugal.

Nos dois períodos de existência no Paraná, a Justiça Eleitoral contou com 58 presidentes e atualmente a Presidência é ocupada pelo Desembargador Rogério Luís Nielsen Kanayama e a Corregedoria pelo Desembargador Rogério Coelho.

Carlos Pinheiro Guimarães

1932



Nasceu no dia 9 de outubro de 1880 na cidade de Curitiba (PR).

Bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde colou grau em 1905

Iniciou sua vida na magistratura em 1907, como Promotor Público em Antonina. No ano de 1908, foi nomeado Juiz de Direito de Morretes. Em 1920 foi transferido para Curitiba, para então ser nomeado Desembargador, no dia 25 de novembro de 1924. Em 9 de junho de 1932, instalou o Tribunal Regional Eleitoral sendo seu primeiro Presidente.

No magistério foi professor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

Filho de Manoel Ricardo Guimarães. Casado com a Sra. Djanira Dória Guimarães. Aposentou-se em 21 de fevereiro de 1934

Faleceu em Curitiba no dia 2 de setembro de 1967.

Antonio Martins Franco

1933 a 1936



Filho de Evaristo Martins Franco e de Josefina de Souza, nasceu em Campo Largo (PR) em 13 de junho de 1885.

Em Curitiba realizou os estudos primário e preparatório, seguindo para São Paulo onde se diplomou em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, a 2 de dezembro de 1909.

Em 1910 retorna a Curitiba, sendo nomeado para o cargo de Promotor Público da Comarca de Imbituva. No ano de 1911 foi removido para a Comarca Palmeira, onde também exerceu as funções de Inspetor escolar. Foi Oficial de Gabinete do Presidente do Estado, Carlos Cavalcanti, e, também, de Afonso Camargo. Ocupou ainda as funções de Promotor Público da 2ª Vara da Capital, em 1916; Inspetor Judiciário; Juiz Municipal de São Mateus do Sul, de Rio Negro, e da Lapa.

Em 1924, assumiu a 1ª Vara da Capital. Atingiu o mais alto cargo da magistratura em novembro de 1926. Foi nomeado Procurador-Geral da Justiça em 1929. Dois anos após, foi eleito presidente do Tribunal de Justiça do Estado, permanecendo até o fim da gestão, em 1933, quando assumiu a Presidência do Tribunal Eleitoral.

Hugo Gutierrez Simas

1937



Filho do farmacêutico Fernando Simas, Hugo Simas logrou completar sua educação na capital federal, onde se formou tanto no curso de Direito como de Farmácia, este com o propósito de ajudar seu pai no seu comércio.

De volta à terra natal, foi inicialmente Promotor de Antonina. Ao mesmo tempo passou a militar na imprensa diária, chegando à direção do "Diário da Tarde" e do "Correio do Paraná".

IncurSIONOU também pelo terreno agreste da política, feito deputado estadual. Integra a galeria dos fundadores da Universidade do Paraná, responsável pelas disciplinas de Economia Política e depois Direito Constitucional, emprestando também sua colaboração como bibliotecário da novel instituição. Porém, em 1921 decidiu voltar ao Rio de Janeiro, onde, fiel à sua vocação jurídica, reinaugurou sua próspera banca de advogado. Pois foi aí que, em 1932, o interventor Manoel Ribas foi buscá-lo para lhe confiar a chefia do Ministério Público do seu estado.

Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná na gestão de 1937.

Clotário de Macedo Portugal

1945



Filho de James Pinto de Azevedo Portugal e Ana Rose de Macedo Portugal, nasceu no dia 08 de janeiro de 1881, na cidade de Campo Largo – Paraná. Casado com Anna de Macedo Portugal. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau em 1905. Em 1906 iniciou sua vida na Magistratura quando foi nomeado Promotor público para a cidade de Tibagi. Em 1908, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de União da Vitória, passando pelas Comarcas de Palmas e Rio Negro. Em 1919 foi transferido para a Capital. Em 15 de abril de 1924, foi nomeado Desembargador.

Ocupou os cargos de Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Em 07 de junho de 1945, no prédio do Egrégio Tribunal de Apelação do Estado situado à Praça Garibaldi, foi instalado o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, onde tomou posse como seu Primeiro Presidente designado pelo Ministro José Linhares, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Em 1946 foi Interventor Federal.

Leonel Pessoa da Cruz Marques

1945



Filho de Antonio Tertuliano da Cruz Marques, nasceu no dia 14 de março de 1877, na cidade de Bandeirantes - Pernambuco.

Foi bacharel pela Faculdade de Direito de Recife. Iniciou sua carreira na Magistratura Paranaense em 1909, quando foi nomeado Juiz Municipal de São João do Triunfo. Em 1911 foi Juiz na Comarca de Araucária. Em 1914 foi removido para a Comarca de Jacarezinho. Em 1928 foi transferido para a Capital. No dia 1º de março de 1937 foi nomeado Desembargador.

Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná na gestão de 1945 e 1946.

Antonio Leopoldo dos Santos

1946



Filho de Antonio Leopoldo dos Santos e Julia Luz dos Santos, nasceu na cidade de Curitiba, no dia 03 de novembro de 1895. Casado com Andriara Carvalho de Oliveira Santos.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná no ano de 1917. Iniciou sua vida na Magistratura como Promotor Público em 1918, na cidade de Cerro Azul. Passou pelas Comarcas de Araucária e São José dos Pinhais. Foi nomeado Juiz Municipal de Morretes. Em 1924, prestou concurso e foi nomeado Juiz de Direito para as comarcas de Palmas e Imbituva. Em 1925 foi transferido para a Comarca de Rio Negro. Em 1929 para a comarca de Jacarezinho. Em 1930 foi transferido para a Capital. No dia 13 de janeiro de 1938 foi nomeado Desembargador.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no período de 1946 a 1948.

Manoel Lacerda Pinto

1948



Filho de Manoel Rodrigues Pereira Pinto e da Sra. Rita de Lacerda Pinto, nasceu na cidade da Lapa em 04 de dezembro de 1893. Casado com Esther Lacerda Pinto.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau em 1917. No ano de 1930, exerceu a profissão de advogado, foi nomeado pelo Governo revolucionário, membro do Conselho Consultivo do Estado. Em 1934 foi eleito Deputado Federal. Em 1937 foi nomeado Procurador Geral do Estado, permanecendo no cargo até 1939. Em 1941 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no período de 1948 a 1949.

Cid Campêlo

1949



Filho de Laurindo Campêlo e Sand do Rego Monteiro Campêlo, nasceu na cidade de Teresina – Piauí, no dia 08 de março de 1896. Casado com Fúlvia de Araujo Saporiti Campêlo.

Bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde colou grau em 1919. Em 1921, foi nomeado Promotor Público na cidade de Palmas, onde iniciou sua carreira no Estado do Paraná. Em 1929 assumiu a Comarca de Paranaguá como Juiz. Em 1938 é removido para Curitiba. Foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná em 1940.

Exerceu o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná de 1949 a 1951. Foi Secretário do Trabalho e Administração Social em 1956 e eleito Deputado Federal em 1957.

Francisco Cunha Pereira

1951 - 1961 - 1964



Filho de Simão da Cunha Pereira e Eufrasia de Vasconcelos, Cunha nasceu na cidade de Peçanha - Minas Gerais, no dia 13 de agosto de 1897. Casado com Julinda da Cunha Pereira.

Bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde colou grau em 1918. Foi como Juiz Municipal em Clevelândia que iniciou sua carreira na Magistratura. Em 1924 foi transferido para São José dos Pinhais e indicado para organizar o Juizado Privativo de Menores. Em 1947 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná por três vezes.

Eduardo Xavier da Veiga

1955



Filho de Carlos Fernandes Xavier da Veiga e Maria Helena da Costa Veiga, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, colando grau em 1922.

Iniciou suas atividades na Magistratura do Paraná como suplente de Juiz de Direito em 1931. Em 1932 foi nomeado Juiz de Direito na cidade de Irati. Em 1935 foi transferido para a União da Vitória e mais tarde para a Lapa. Foi transferido para a Capital em 1937 e nomeado Desembargador em 1948.

Exerceu o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no ano de 1955.

Antônio Franco Ferreira da
Costa
1956



Filho de Lysimaco Ferreira da Costa e Esther Franco da Costa, nasceu na cidade de Curitiba, no dia 24 de agosto de 1909. Casado com a Sra. Maria Macedo da Costa.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, colando grau em 1932. Foi Prefeito Municipal em Morretes de 1938 a 1940. Em 1940 iniciou sua carreira na Magistratura como Juiz Substituto na cidade de Morretes. Exerceu o cargo de Juiz nas comarcas de: Paranaguá, Antonina, Clevelândia, Apucarana e Londrina. Foi Desembargador em 1951.

Exerceu a presidência do TRE do Paraná de 1956 a 1959.

Segismundo Gradowski
1959



Filho de Lourenço Gradowski e Maria Gradowski, nasceu na Colônia Tomaz Coelho, no Município de Araucária no dia 11 de agosto de 1897. Casado com Mercedes Gradowski.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, onde recebeu o grau em 1923. Como acadêmico, exerceu o cargo de adjunto de Promotor Público em Colombo e foi nomeado Juiz de Direito desta comarca em 1925. Em 1928 foi nomeado Juiz de Direito da comarca de Palmas. Em 1938 foi transferido para Cerro Azul. Em 1951 foi nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça.

Exerceu o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no ano de 1959.

Lauro Fabrício de Melo Pinto

1959 a 1964



Filho de Constantino Fabrício de Mello Pinto e Balbina Martins de Mello Pinto, nasceu na cidade de Palmas em 03 de janeiro de 1907. Casado com Maria E. de Mello Pinto.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, colou grau em 1930. Em 1931, assumiu a Procuradoria Pública na comarca de Guarapuava, depois foi transferido para Jataí e Jaguariaíva. Em 1937 prestou concurso para Juiz de Direito e assumiu a comarca de Guarapuava. Em 1950 foi transferido para a Capital. Em 1956 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça.

Ocupou o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná de 1959 a 1964.

Francisco de Paula Xavier
Filho

1964



Filho de Francisco de Paula Xavier Filho e Francisca de Paula Almeida Xavier, nasceu na Lapa no dia 19 de novembro de 1909. Casado com Yonne Catta Preta de Paula.

Cursou a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, colando grau em 1932. Em 1931 foi designado para a Promotoria Pública em União da Vitória onde permaneceu até 1933, quando foi nomeado Juiz Municipal para a cidade de Reserva. Em 1935 assumiu o cargo em São João do Trunfo, mais tarde em São Mateus do Sul e Rebouças. Em 1938 prestou concurso para a Magistratura assumindo o cargo de Juiz de Direito em Clevelândia, transferido mais tarde para Prudentópolis, Jacarezinho e União da Vitória. Foi removido para a Capital em 1954. Em 1958 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça.

Exerceu o cargo de presidente do TRE em 1964.

Isidoro João Brzezinski

1965



Filho de Pedro Brzezinski e Paulina Brzezinski, nasceu em Tamandaré no dia 17 de agosto de 1903, casado com Conceição Bueno Brzezinski.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, onde colou grau no ano de 1929. Iniciou sua carreira na Justiça, quando foi designado para a Promotoria Pública em Clevelândia. Foi Juiz Municipal de Piraí, Castro, Tibagi, Marechal Mallet e União Vitória. Como Juiz de Direito, assumiu a comarca de Foz do Iguaçu em 1938; Ribeirão Claro em 1939; Wenceslau Braz em 1946; passando pela comarca de Castro e Ponta Grossa. Em 1954 foi transferido para Curitiba. Em 1962 é nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça.

Em 1965 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Jair Campos

1966



Filho de Randolfo Campos e Beneda Campos, nasceu na cidade de Catalão em Goiás no dia primeiro de janeiro de 1907. Casado com Nalita Campos.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro onde colou grau em 1932. Iniciou sua carreira como Promotor Público de Rio Negro em 1933. Passou pelas comarcas de Palmeira, Tibagi e São José dos Pinhais. Em 1943 prestou concurso para a Magistratura e foi nomeado Juiz de Direito da comarca de Foz do Iguaçu. Foi removido para Comélio Próprio, Prudentópolis, Jacarezinho e Curitiba. Em 1962 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça.

Em 1966 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Alcino de Carvalho e Souza

1970



Filho de Enéas Pedro de Souza e Olindina de Carvalho Souza, nasceu na Paraíba no dia 14 de julho de 1905.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, onde colou grau em 1931. Iniciou sua carreira Jurídica como Promotor Público na Comarca de Palmas, e mais tarde em Jacarezinho. Em 1961 assumiu a Procuradoria Geral do Estado. Em 1963 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça.

Em 1970 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Vatel Gonçalves Pereira

1970



Filho de João Gonçalves Pereira e Ana Francisca Taques Pereira, nasceu em Ponta Grossa em 1919, casado com Alice Lacerda de Araujo Pereira.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná onde diplomou-se em 1944. Ingressou na Magistratura em 1949 como Juiz Substituto na comarca de Colombo. Passou pelas comarcas de Tibagi, Lapa, Colombo e Ponta Grossa. Foi nomeado Desembargador em 1969.

Em 1970 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná por três meses.

Julio Ribeiro de Campos

1970



Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1938, e em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1944, casou-se com Yvone de Almeida.

Realizou a graduação em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1938, e em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1944. Foi professor de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1944, e de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1944. Foi também professor de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1944.

Assessor jurídico do então governador Responder. Eleitor para o cargo de juiz de Direito em 1973.

Arthur Heráclio Gomes Filho

1971



Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1938, e em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1944, casou-se com Yvone de Almeida.

Realizou a graduação em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1938, e em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1944. Foi professor de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1944, e de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1944. Foi também professor de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1944.

Assessor jurídico do então governador Responder. Eleitor para o cargo de juiz de Direito em 1973.

Ossian França

1974



Filho de João Túlio Marcondes França e Olivina Amaral de França. Natural da cidade de União da Vitória, nasceu no dia 22 de julho de 1918. Casado com Yolanda Schmitz França.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná no ano de 1943. Iniciou sua vida pública como Promotor Público da comarca de Pirai. Em 1944, ingressou na Magistratura. Passou pelas comarcas de São João do Triunfo, Mallet, Tibagi e Londrina. Em 1970 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada, e meses depois Desembargador.

Em 1974 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Zeferino Mozzato Krukoski

1975



Filho de José Kesko Krukoski e Carina Mozzato Krukoski. Nasceu no Município de São Mateus do Sul em 6 de julho de 1920. Casado com Dinorah Toledo Krukoski.

Formado em 1943 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Ingressou na Magistratura, passando pelas comarcas de Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Mandaguari e Maringá. Em 1970 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1973 foi nomeado Desembargador.

Em 1975 ocupou o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Heliantho Guimarães Camargo

1976



Exerceu o cargo de Juiz de Direito no Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba, no Estado do Paraná, de 1976 a 1978, tendo sido transferido para a Comarca de Curitiba em 1978.

Em 1978, foi designado Juiz de Direito no Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba, no Estado do Paraná, onde permaneceu até 1980. Em 1980, foi designado Juiz de Direito no Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba, no Estado do Paraná, onde permaneceu até 1982. Em 1982, foi designado Juiz de Direito no Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba, no Estado do Paraná, onde permaneceu até 1984.

Exerceu a função de Juiz de Direito no Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba, no Estado do Paraná, de 1984 a 1986.

Ronald Accioly Rodrigues da Costa

1978



Exerceu o cargo de Juiz de Direito no Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba, no Estado do Paraná, de 1978 a 1980.

Em 1980, foi designado Juiz de Direito no Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba, no Estado do Paraná, onde permaneceu até 1982. Em 1982, foi designado Juiz de Direito no Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba, no Estado do Paraná, onde permaneceu até 1984. Em 1984, foi designado Juiz de Direito no Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba, no Estado do Paraná, onde permaneceu até 1986.

Em 1986, foi designado Juiz de Direito no Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba, no Estado do Paraná, onde permaneceu até 1988.

Alceu Conceição Machado

1979



Filho de Francisco Motta Machado e Conceição Machado. Nasceu em Curitiba no dia 18 de março de 1925. Casado com Cilene Rodrigues da Costa.

Em 1950 colou grau pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Ingressou na Magistratura em 1951. Foi Juiz Substituto na comarca de Londrina. Passou pelas comarcas de Ibaiti, Wenceslau Braz, Francisco Beltrão, Tibagi, Ponta Grossa e Capital. Em 1973 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1975 foi nomeado Desembargador.

Exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no ano de 1979.

Jorge Andriguetto

1979



Filho de Antonio Andriguetto e Lucia Andriguetto. Nasceu em São José dos Pinhais em 12 de junho de 1925. Casado com Paulina Magdalena Cenovicz Andriguetto.

Em 1948 colou grau pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Iniciou suas atividades profissionais como Promotor Público na comarca de Pitanga, Ipiranga, Sengés e Ribeirão Claro. Como magistrado, foi nomeado Juiz de Direito para as comarcas de Palmeira, São João do Triunfo, Pitanga, Apucarana e Curitiba. Em 1970 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1978 foi nomeado para o cargo de Desembargador.

Em 1979 exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Mário Lopes dos Santos

1981



Foi eleito juiz Mário Lopes dos Santos para o cargo de juiz de Direito em 1977, no fevereiro de 1978, em substituição ao juiz Nabor Blasi Feres, falecido.

Em 1988 elegeu-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em substituição ao juiz aposentado no Tribunal de Apelação do Estado do Paraná, Secretário do TRE para a primeira instância, em 1985. Foi Diretor geral de 17 de janeiro de 1985 a 07 de dezembro de 1978, quando foi nomeado Desembargador. Em junho de 1979, elegeu-se juiz Substituto, assumindo como substituto em setembro de 1980.

Exercceu a função de presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1981.

Cláudio Nunes do Nascimento

1982



Foi eleito juiz Cláudio Nunes do Nascimento para o cargo de juiz de Direito em 1977, no fevereiro de 1978, em substituição ao juiz Nabor Blasi Feres, falecido.

Em 1982 elegeu-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em substituição ao juiz aposentado no Tribunal de Apelação do Estado do Paraná, Secretário do TRE para a primeira instância, em 1985.

Foi eleito juiz substituto como juiz Substituto em setembro de 1980, em substituição ao juiz aposentado no Tribunal de Apelação do Estado do Paraná, Secretário do TRE para a primeira instância, em 1985. Foi Diretor geral de 17 de janeiro de 1985 a 07 de dezembro de 1978, quando foi nomeado Desembargador. Em junho de 1979, elegeu-se juiz Substituto, assumindo como substituto em setembro de 1980.

Exercceu a função de presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1982.

Szczpan Maximiliano Stasiak

1983



Filho de Stanislaw Stasiak e Stanislaw Stasiak. Nasceu no Rio Grande do Sul na cidade de São Luiz Gonzaga no dia 07 de dezembro de 1973.

Colou grau no ano de 1940 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Iniciou sua carreira na Magistratura como Juiz Substituto em Joaquim Távora, e posteriormente Pitanga, Santo Antonio da Platina e Jacarezinho. Em 1949, foi nomeado Juiz de Direito para a comarca de Joaquim Távora e após, Palmas, Mandaguari e Curitiba. Em 1974 foi nomeado para Juiz do Tribunal de Alçada e em 1979 para o cargo de Desembargador.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1983.

Clementino Schiavon Puppi

1984



Filho de Luiz Puppi e Victória Puppi. Nasceu em Campo Largo, no dia 26 de novembro de 1919. Casado com Maria Küster Puppi.

Colou grau em 1945 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Ingressou na Magistratura no ano de 1953, quando foi nomeado para o cargo de Juiz Substituto na comarca de Londrina, promovido para a comarca de Santo Antonio da Platina. Como Juiz de Direito assumiu as comarcas de Jandaia do Sul, Clevelândia, Prudentópolis, Ponta Grossa e Curitiba. Em 1977 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1979 foi nomeado para o cargo de Desembargador.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1984.

José Lemos Filho

1985



Filho de José Lemos e de Maria de Maria. Nasceu em 15 de março de 1914 em Curitiba. Casado com Maria da Glória Leão.

Colacionado em 1950 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Ingressou na magistratura em 1961 como Juiz Substituto em Curitiba e Jaguapitã, assumindo a direção de toda a comarca de Senhores Venâncio, com a Clevelândia, Rebouças, São João do Touro, Apucarana, Maravá e Campo Novo. Como juiz de Direito, foi nomeado para as comarcas de Ponta Grossa e Morretes, Pato Branco, Nova Esperança, Guarapuava e Curitiba. Em 1975 foi nomeado para o Tribunal de Alçada. Em 1979 para o campo de Desembargador.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1985.

Eros Nascimento Gradowski

1986



Filho de Eros e de Maria de Moraes e Mathem. Nasceu em Curitiba. Nasceu em 1928 em Curitiba. Casado com Maria da Glória.

Colacionado em 1950 pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. Em 1961 ingressou na magistratura como Juiz Substituto em Curitiba. Foi designado para o cargo de Secretário do Interior no Estado da Capital. Procurador Geral do Estado. Em 1979 foi nomeado Desembargador.

Em 1985 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Lauro Lima Lopes

1987



Filho de Eurípedes Lopes e Maria da Luz Lima Lopes. Nasceu no dia primeiro de abril de 1928 na cidade de Jacarezinho. Casado com Heloisa Carvalho Leite Lopes.

Em 1954 colou grau pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Iniciou sua carreira jurídica em 1954 quando foi nomeado para o cargo de Promotor de Justiça da comarca de Rebouças, passando por Pirai do Sul, Clevelândia e Jacarezinho. Ingressou na magistratura como Juiz Substituto nas comarcas de Sengés, Santo Antonio da Platina, Ribeirão do Pinhal, Cornélio Procopio, Bandeirantes, Andaraí e Ibaiti. Como Juiz de Direito assumiu as comarcas de Ribeirão do Pinhal, Pitanga, Assaí e Curitiba. Em 1978 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1981 foi nomeado para o cargo de Desembargador.

Em 1987 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Frederico Mattos Guedes

1988



Filho de João de Mattos Guedes e Natalina F. N. Guedes. Nasceu em Curitiba no dia 08 de abril de 1925. Casado com Durilda Munhoz Mattos Guedes.

Colou grau em 1949 pela Faculdade de Direito do Paraná. Ingressou na magistratura em 1953 como Juiz Substituto na comarca de Ponta Grossa, e após, Ipiranga, Tibagi, Pitanga, Reserva, Ribeirão do Pinhal. Foi promovido para a comarca de Cascavel e posteriormente Bandeirantes, Guarapuava e Curitiba. Em 1970 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1983 para o cargo de Desembargador.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1988.

Negi Calixto

1989

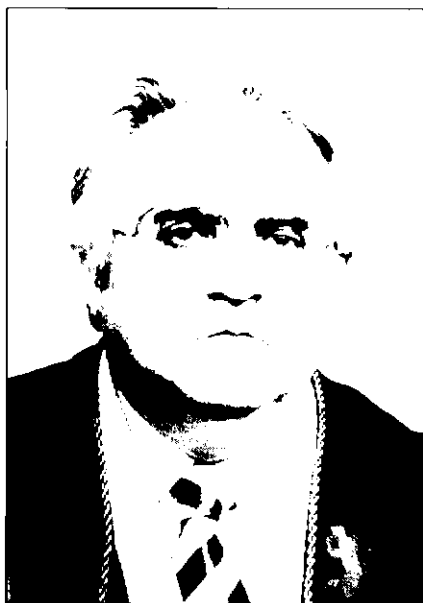


Foto: J. de Aguiar/Arquivo do Estado do Paraná. Calixto nasceu em 19 de maio de 1924, de origem mineira, em São Carlos, no Estado de São Paulo, filho de Zeli Menezes Calixto.

Colou grau no ano de 1947 pela Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Paraná. Ingressou na magistratura em 1948, quando foi nomeado Juiz Substituto para as comarcas do Paraná, em, depois, Londrina e Santa Cruz do Rio Pardo. Em 1957, Substituto assumiu as comarcas de Adolfo Pereira, Ribeirão do Pinhal, Congonhinhas, Jandaia do Sul, Cianorte, do Oeste, Marumbi e Curitiba. Em 1958, foi designado Juiz do Tribunal de Alçada.

Em 1964, foi nomeado Desembargador, assumindo a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1969.

Leandro de Freitas Oliveira

1990



Foto: J. de Aguiar/Arquivo do Estado do Paraná. Leandro nasceu em 19 de maio de 1924, de origem mineira, em São Carlos, no Estado de São Paulo, filho de Maria de Jesus e de José de Aguiar. Estudou no Colégio São José, em Curitiba, e no Instituto de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Paraná, onde se graduou em 1947, com o grau de bacharel. Foi juiz substituto em Ponta Grossa, São José do Rio Preto, Maringá, Londrina, passando, por Apucarana, Jaguariaçu, Curitiba e Marumbi. Em 1957, foi nomeado Juiz Substituto para as comarcas de Curitiba, Jaguariaçu, Foz de Iguaçu, Ponta Grossa e Curitiba. Em 1963, foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada.

Em 1964, foi nomeado Desembargador, assumindo a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1969.

Sydney Dittrich Zappa

1991



Filho de Vitório Augusto Zappa e Helena Tarcília Zappa. Nasceu na cidade da Lapa, no dia 26 de fevereiro de 1933. Casado com Maria José Milliau Zappa.

Colou grau em 1956 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1959 iniciou sua carreira na Magistratura como Juiz Substituto na Comarca de Sertãoópolis, passando pela Comarca de Ibiporã, Assaí, São Jerônimo da Serra, Uraí, Cambé, Londrina e Loanda. Em 1962 como Juiz de Direito foi nomeado para comarca de Teixeira Soares, sendo removido para Bandeirantes, Sertãoópolis, Porecatu, Rolândia, Londrina e Curitiba. No ano de 1979 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1984 foi nomeado para o cargo de Desembargador.

Em 1991 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Adolpho Krüger Pereira

1992



Filho de Agostinho Pereira Alves e Euthália Krüger Pereira Alves. Nasceu em Paranaguá no dia 11 de julho de 1926. Casado com Janete Krüger Pereira.

Colou grau no ano de 1953 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Iniciou sua carreira na Magistratura no ano de 1959 como Juiz Substituto da comarca de Londrina, e depois, Cambé, Campo Largo, São José dos Pinhais, Paranaguá e Antonina. Em 1963 foi nomeado Juiz da comarca de Jaguariaíva e depois, foi Juiz em Santa Izabel do Ivaí, Jaguapitã, São José Pinhais e Curitiba. Em 1979 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1985 foi nomeado para o cargo de Desembargador.

Em 1992 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Oto Luiz Sponholz

1994



Oto Luiz Sponholz nasceu em 1947, em São Paulo, onde reside atualmente. É bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, formado em 1970.

Em 1970, ingressou no Ministério Público do Estado de São Paulo, onde atuou até 1974, quando foi nomeado Promotor de Justiça do Juízo de Direito da Comarca de São Paulo. Em 1975, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de São Paulo, onde atuou até 1978. Em 1979, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de São Paulo, onde atuou até 1982. Em 1983, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de São Paulo, onde atuou até 1986. Em 1987, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de São Paulo, onde atuou até 1990. Em 1991, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de São Paulo, onde atuou até 1994.

Em 1994, foi nomeado Presidente do Conselho Superior do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

Haroldo Bernardo da Silva Wolff

1995



Haroldo Bernardo da Silva Wolff nasceu em 1948, em São Paulo, onde reside atualmente. É bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, formado em 1970.

Em 1970, ingressou no Ministério Público do Estado de São Paulo, onde atuou até 1974, quando foi nomeado Promotor de Justiça do Juízo de Direito da Comarca de São Paulo.

Em 1975, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de São Paulo, onde atuou até 1978. Em 1979, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de São Paulo, onde atuou até 1982. Em 1983, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de São Paulo, onde atuou até 1986.

Em 1987, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de São Paulo, onde atuou até 1990. Em 1991, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de São Paulo, onde atuou até 1994.

Em 1995, foi nomeado Presidente do Conselho Superior do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

Em 1996, foi nomeado Presidente do Conselho Superior do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

Em 1997, foi nomeado Presidente do Conselho Superior do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

Em 1998, foi nomeado Presidente do Conselho Superior do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

Em 1999, foi nomeado Presidente do Conselho Superior do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

Luiz José Perrotti

1996



Filho de Francisco Antonio Perrotti e Maria Thereza Lente Perrotti. Nascido em São Paulo, no dia 27 de maio de 1929. Casado com Josefa de Lyra Perrotti.

Colou grau pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná em 1956. Foi nomeado, em virtude de habilitação em concurso, para exercer o cargo de Juiz Substituto na comarca de Apucarana. Após aprovação em novo concurso público, foi nomeado para exercer o cargo de Juiz de Direito de 1ª entrância na comarca de Reserva. Em 1978 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Foi nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça em 1981.

Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1996.

Wilson Reback

1997



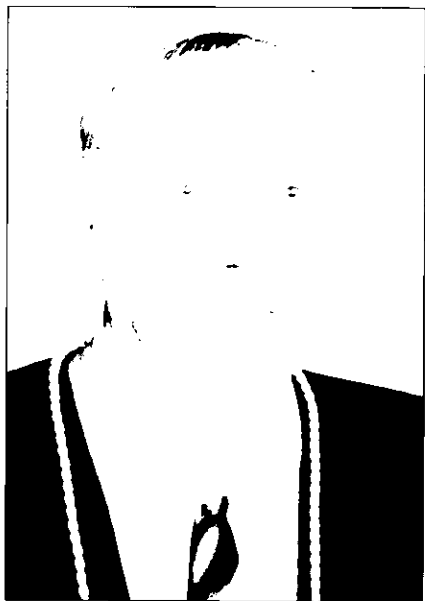
Filho de Alexandre Reback e Hercília Reback, nasceu em 24 de outubro de 1927, na cidade de Ponta Grossa. Casado com Andyara Muniz Reback.

Formado em 1952 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Em 1957 foi nomeado para exercer o cargo de Juiz Substituto na Comarca de Londrina e, em seguida, nas Comarcas de Paranavai, São Jerônimo da Serra, Clevelândia, Palmas, Cornélio Procopio, Londrina, Cascavel, Reserva, Laranjeiras do Sul, Foz do Iguaçu e Irati. Em 1959 foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Ibaiti. Foi promovido a Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, em 1979.

Em 1987, foi nomeado para o cargo de Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. Foi presidente do TRE em 1997.

Vicente Troiano Netto

1998



© 1997 by Allen & Unwin. Printed in Great Britain. Major contributions to the volume are by Paul Smith, University of Cambridge, and Roger Handberg, from the Department of Education, University of Oslo.

Diretor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Adalberto de Azevedo foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro em 1954, com o apoio de Getúlio Vargas, e tornou-se, em 1955, o primeiro governador do Estado do Rio de Janeiro. Afastado do governo em 1956, foi eleito deputado federal em 1958 e, em 1960, tornou-se governador do Rio de Janeiro. Em 1964, foi eleito deputado federal e, em 1966, tornou-se governador do Rio de Janeiro. Em 1968, foi eleito deputado federal e, em 1970, tornou-se governador do Rio de Janeiro. Em 1974, foi eleito deputado federal e, em 1976, tornou-se governador do Rio de Janeiro. Em 1980, foi eleito deputado federal e, em 1982, tornou-se governador do Rio de Janeiro. Em 1986, foi eleito deputado federal e, em 1988, tornou-se governador do Rio de Janeiro. Em 1990, foi eleito deputado federal e, em 1992, tornou-se governador do Rio de Janeiro. Em 1994, foi eleito deputado federal e, em 1996, tornou-se governador do Rio de Janeiro. Em 1998, foi eleito deputado federal e, em 2000, tornou-se governador do Rio de Janeiro. Em 2002, foi eleito deputado federal e, em 2004, tornou-se governador do Rio de Janeiro. Em 2006, foi eleito deputado federal e, em 2008, tornou-se governador do Rio de Janeiro. Em 2010, foi eleito deputado federal e, em 2012, tornou-se governador do Rio de Janeiro. Em 2014, foi eleito deputado federal e, em 2016, tornou-se governador do Rio de Janeiro. Em 2018, foi eleito deputado federal e, em 2020, tornou-se governador do Rio de Janeiro.

presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Altair Ferdinando Patitucci

1999

[illegible]

Tadeu Marino Loyola Costa

2000



Filho de Ary Rolim Costa e Marina Loyola Costa. Nascido em Curitiba – PR, em 27 de novembro de 1938. Casado com Maria Christina de Araújo Costa.

Colou grau no ano de 1963 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Iniciou sua carreira na magistratura como Juiz Substituto na comarca de Jacarézinho. Exerceu atividades em várias comarcas como Foz do Iguaçu, Lapa, Paranaguá, Siqueira Campos, Cambará, Andirá, Cascavel e Guaira. Aprovado em novo concurso público, foi nomeado para o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Piraí do Sul em 1964. Em fevereiro de 1986 assumiu o cargo de Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná. Em 1993 foi promovido para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça.

Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 2000.

Roberto Pacheco Rocha

2001



Filho de Antonio Batista Rocha e Maria de Lourdes Rocha. Nascido em 30 de dezembro de 1941, na cidade de Tubarão – SC.

Em 1964 colou grau pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Ingressou na magistratura em 1966, sendo nomeado Juiz Substituto em Guarapuava. Em 1967, após aprovação em novo concurso, foi nomeado Juiz de Direito, atuando em Ibaiti, Antonina, Ivaiporã, Cascavel e Londrina. Em 1986 foi promovido para o Tribunal de Alçada e em 1995, Desembargador do Tribunal de Justiça.

Nomeado presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 2001.

Gil Trotta Telles

2002



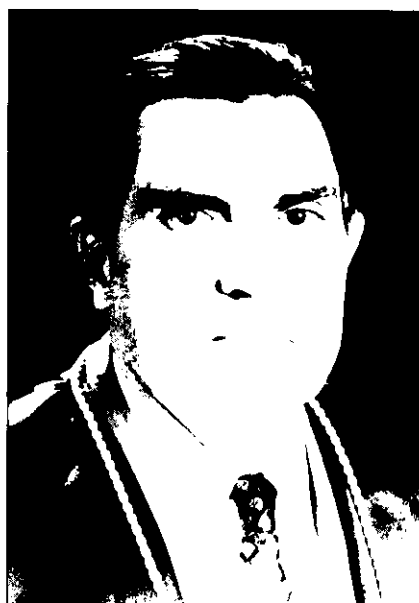
Filho de João Hygare Telles e Yolanda Trotta Telles. Nasceu em 20 de setembro de 1936. Casado com Maria Florisbela Carstens Telles.

Ingressou na magistratura estadual em 1962, quando foi nomeado Juiz Substituto. Trabalhou sucessivamente nas comarcas de Peabiru, Campo Mourão, Cambira, Jacareizinho, Ribeirão Claro e Paranavai. Em 1963, mediante aprovação em concurso público, foi nomeado Juiz de Direito das comarcas de Reserva, Colorado, Francisco Beltrão e Paranaguá. Em 1987 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada.

Em 1995, desembarcador do Tribunal de Justiça e, em 2002, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Moacir Guimarães

2003-2004



Filho de João em Ferreira Guimarães e Adeline Guimarães. Nasceu em 20 de janeiro de 1938, na cidade de Imbituva-PR. Casado com Regina Maria Rocha Guimarães.

Colou grau em 1963 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Nomeado Juiz Substituto em 1963, na comarca de Curitiba e Juiz de Direito na comarca de Mallet em 1964. Esteve à frente das comarcas de Goioerê, Ipaçu, Ponta Grossa. Em Curitiba atuou na vara privativa de menores e da família. Em 1987, foi promovido a Juiz do Tribunal de Alçada. Foi nomeado ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça em 1995.

Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná nos anos 2003/2004.

José Ulysses Silveira Lopes

2005



Filho de Ulysses Lopes da Silva e Celina Silveira Lopes. Nascido em 14 de setembro de 1937, na cidade de Ponte Nova – MG. Casado com Rosimari Rodrigues Chaves.

Ingressou na magistratura como Juiz Substituto em 1964, na cidade de Londrina. Atuou nas comarcas de Alto Paraná, Porecatu e Londrina. Em 1978, em Curitiba, foi Juiz da 6ª Vara Criminal, 1ª Vara da Fazenda e na 13ª Vara Cível. Foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada em 1988, sendo promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná em 1995.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 2005.

Clotário de Macedo Portugal
Neto

2006



Filho de James Pinto de Azevedo Portugal, ilustre Desembargador de saudosa memória e da Sra. Alice de Macedo Portugal. Nascido em 24 de agosto de 1937, na cidade de Curitiba/PR. É casado com a Sra. Aglaé Beatriz Vaz da Silva Portugal.

Formado pela Faculdade de Direito de Curitiba, no ano de 1962. Em 1970, através de concurso público, foi nomeado para exercer o cargo de Juiz de Direito em Guaíra. Em 1971, foi Juiz de Direito em São Mateus do Sul. Em 1976, foi promovido por merecimento para a comarca de União da Vitória. Em novembro de 1981, foi indicado para efeito de promoção, pelo critério de merecimento, ao cargo de Juiz Substituto da 61ª Seção Judiciária da Comarca de entrância final de Curitiba. Em 1988, foi nomeado para o Tribunal de Alçada do Estado do Paraná e atuou também na da 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas. Foi nomeado para o elevado cargo de Desembargador do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em 1995.

Em 01 de fevereiro de 2006, assumiu a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Telmo Cherem

2007



Filho de João Cherem e de Polha Stivelberg Cherem. Nasceu em Foz de Iguaçu, SP. Casado com Lara Santos Cherem.

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1975. Tem especialização, em nível de pós-graduação, em "Metodologia do Ensino Superior" e em "Administração Universitária". Em junho de 1990, foi nomeado como representante do Quinto Constitucional para o cargo de Juiz do extinto Tribunal de Alçada do Estado, tendo obtido a maior votação do Conselho Seccional da OAB para integrar a primeira lista, sextupla, elaborada pelo Órgão de classe, em observância ao procedimento inaugurado pela Constituição Federal de 1988. Em fevereiro de 1995, foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, passando a integrar a Sexta Câmara Civil, após a Segunda Câmara Criminal e atualmente, a Primeira Câmara Criminal e o Órgão Especial.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 2007.

Ângelo Ithamar Scucato Zattar

2008



Filho de Pacifico Frederico Zattar e Ângela Scucato Zattar, nasceu em Mercedes, PR, no dia 13 de outubro de 1938. Casado com Âida Miguel Zattar.

Concluiu o curso de Direito em 1962, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Aproveitou em concurso público, ingressou na Magistratura, sendo investido no cargo de juiz substituto de Santo Antônio da Patrão, em 16 de junho de 1963. Nomeado juiz de Direito em setembro de 1964, exerceu as funções nas Comarcas de Marilândia do Sul, Tomazina, Nova Londrina, Andaraí e Cornélio Procopio. Foi promovido por antiguidade para a Comarca de Curitiba, em 26 de setembro de 1978, onde atuou nas Varas de Execuções Penais, na Vara Civil e na de Família. Por antiguidade foi promovido ao Tribunal de Alçada em junho de 1990. Tomou posse no cargo de desembargador do Tribunal do Estado do Paraná em 10 de abril de 1995.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 2008.

Jesus Sarrão

2009



Filho de Antônio Sarrão e Odette D'Onellas, natural de Rolândia, Estado do Paraná. Em 1969 bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Em 1970 ingressou na carreira do Ministério Público do Estado do Paraná, mediante concurso público de provas e títulos. De julho de 1970 a julho de 1980, exerceu o cargo de Promotor de Justiça nas comarcas de Nova Londrina, Maringá, Santo Antônio da Platina e Londrina. Em agosto de 1980 foi promovido ao cargo de Promotor de Justiça de entrância final, com funções de substituição, e, em 1982, passou a ser titular no cargo de Promotor de Justiça da 6ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba. Em 1990 foi nomeado para o cargo de Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, em vaga do quinto constitucional destinada ao Ministério Público. Em 1995 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 2009.

Regina Helena Afonso de
Oliveira Portes

2010



Filha de Carlos Alfredo Afonso e Leny Pereira Afonso, nasceu no dia 15 de dezembro de 1947, na cidade de Ribeirão Preto/SP. Casada com Joaquim Antonio Guimarães de Oliveira Portes.

Concluiu o curso de Direito em 1971, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Em nomeada 1992, como primeira juíza do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná. De 1992 a 1999 exerceu as funções de membro da 4ª Câmara Cível, Presidente da 4ª Câmara Cível, Presidente da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Alçada, Presidente do 2º Grupo de Câmaras Cíveis e Diretora do Centro de Estudos Debates e Pesquisas do Tribunal de Alçada do Paraná. Em 26/02/99 foi nomeada primeira desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde é Membro da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, integrante do Conselho da Magistratura e membro da Comissão de Regimento Interno do Tribunal.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no dia 1º de fevereiro de 2010.

**Irajá Romeo Hilgenberg
Prestes Mattar**

2011



Filho de Romeo Prestes Mattar e Nilva Hilgenberg Prestes Mattar. Nasceu em Ponta Grossa em 23 de junho de 1946. Formado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) em 1968.

Ingressou na magistratura em 20 de novembro de 1970 como Juiz Substituto na Seção Judiciária de Londrina. Em 28 de janeiro de 1977 tomou posse como Juiz de Direito, na Comarca de Carapicópolis.

Em 30 de março de 1979 foi promovido por merecimento a entrada intermediária na Comarca de Francisco Beltrão e em 07 de janeiro de 1983 a entrada final na Comarca de Maringá. Em 13 de junho de 1988 passou ao exercício da Magistratura na 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas de Curitiba. Em 27 de março de 1996 foi promovido a Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná e em 06 de dezembro de 2004 assumiu como Desembargador no Tribunal de Justiça do mesmo Estado.

Em 1º de fevereiro de 2011 assumiu o cargo de Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Rogério Luís Nielsen Kanayama

2012



Filho de Kyoko Kanayama e Einar Nielsen Kanayama. Nasceu em Curitiba no Estado do Paraná, na dia 11 de fevereiro de 1964.

Formouse Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1976 e em 1981 tomou posse como Juiz Substituto na Comarca de Guaraniaçu, assumindo como Juiz de Direito nas Comarcas de Curitiba, Ponta Grossa, Paraná do Norte, Capaneira, Francisco Beltrão e Maringá.

Foi Juiz convocado do Tribunal de Alçada, compondo a 6ª Câmara Civil no período de março a junho de 1989 e Juiz do Tribunal de Alçada de fevereiro de 2003 a dezembro de 2004, compondo a 3ª Câmara Civil e, depois, a 1ª Câmara Criminal.

Desembargador do Tribunal de Justiça de dezembro de 2004, compondo a 2ª Câmara Criminal e, atualmente, a 3ª Câmara Criminal.

Juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná de 2000 a fevereiro de 2001 e Corregedor e Vice-Presidente do mesmo órgão de fevereiro de 2011 a janeiro de 2012.

Em 1º de fevereiro de 2012 assumiu a Presidência do TRE-PR.

80 anos - TRE/PR

Uma história construída com 58 Presidentes



O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná foi instalado numa sessão em 9 de junho de 1932, sob a presidência do desembargador Carlos Guimarães.

Durante 80 anos de existência, a Justiça Eleitoral no Paraná contou com 58 presidentes que auxiliaram na construção de uma instituição que possui como objetivo a democracia e o voto igualitário para todo cidadão brasileiro.


Foram muitos desafios encontrados durante este período, mas cada presidente soube direcionar de forma única e exemplar o seu mandato.



TRIBUNAL
REGIONAL
ELEITORAL
DO
PARANÁ



Linha do Tempo - Justiça Eleitoral



"Criada em 1932, a Justiça Eleitoral completa 80 anos neste ano, tendo como órgão de cúpula o Tribunal Superior Eleitoral. Desde a sua criação, este ramo especializado do Judiciário buscou a garantia do direito dos cidadãos que vivem em um Estado Democrático de Direito de votarem e serem votados, de forma universal e igualitária, ou seja, para a Justiça Eleitoral todos podem e devem votar e seus votos possuem o mesmo valor, independentemente da raça, sexo, religião, classe social ou econômica.

A realização de nossa República como um Estado Democrático de Direito é tema de tamanha relevância que a Constituição Federal de 1988 o declara um princípio fundamental logo em seu primeiro artigo.

Como um manual sobre os direitos e garantias assegurados aos brasileiros, a Carta da República confere à Justiça Eleitoral a competência para adoção de medidas administrativas e judiciais que visem garantir a participação popular na escolha de seus representantes, legitimando assim o governo do povo, expressão que confere significado ao vocábulo Democracia."

Com esta apresentação, o portal do TSE mostra, com poucas palavras, o verdadeiro sentido da Justiça Eleitoral, contemplada em uma pequena Linha do Tempo a seguir, onde mostramos alguns fatos importantes destes 80 anos de história.



1930

A Revolução de 1930 tinha como um dos princípios a moralização do sistema eleitoral. Um dos primeiros atos do governo provisório foi a criação de uma comissão de reforma da legislação eleitoral, cujo trabalho resultou no primeiro Código Eleitoral do Brasil.



1932

O Código Eleitoral de 1932 criou a Justiça Eleitoral, que passou a ser responsável por todos os trabalhos eleitorais – alistamento, organização das mesas de votação, apuração dos votos, reconhecimento e proclamação dos eleitos. Além disso, regulou em todo o país as eleições federais, estaduais e municipais.

1934

O alistamento eleitoral e o voto passam a ser obrigatórios; a idade mínima do eleitor passa a ser de 18 anos.



1935

Edição do 2º Código Eleitoral (Lei nº48, de 04 de maio), que modifica o Código Eleitoral de 1932. As alterações são conduzidas pela Comissão Especial de Reforma do Código Eleitoral, resultando em profunda modificação do sistema de representação proporcional até então vigente.



1937

Getúlio Vargas dissolve todo o Congresso Nacional e outorga nova Constituição; Estabelece a ditadura do Estado Novo: são extintos os partidos políticos e a Justiça Eleitoral e suspensas as eleições livres. São estabelecidas eleições indiretas para presidente.



1945

A Justiça Eleitoral é reinstalada por Getúlio Vargas. Com o afastamento de Vargas, o Ministro José Linhares, então presidente do STF, à época também presidente do TSE, assumiu a Presidência da República. Edição do 3º Código Eleitoral (Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio). Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente de forma direta. De um eleitorado de 7.459.849, compareceram ao pleito 6.200.805.

1950

Edição do 4º Código Eleitoral (Lei nº 1.164, de 24 de julho), que extingue o processo de alistamento *ex officio* e estabelece o sistema eleitoral atualmente em vigor, com algumas alterações, tais como as eleições em dois turnos, o voto do analfabeto e o voto do menor.



1955

Criadas a folha individual de votação (Lei nº 2.550, de 27 de julho), que fixou o eleitor na mesma seção eleitoral, e a cédula oficial de votação – cédula única (Lei nº 2.582, de 30 de agosto).



1956

Início do recadastramento eleitoral, encerrado em 1957.



Primeira consulta popular realizada no Brasil. Em referendun foi indicado o presidencialismo como sistema de governo. Foi revogada a Emenda Cosntitucional nº 4, de 02 de setembro de 1961, que instituiu o sistema parlamentarista de governo em vigor.

1963

1964

O regime militar instaurado limita a ação da Justiça no processo eleitoral. A exemplo: até 1985, os presidentes da República foram eleitos indiretamente.



1965

Suspensão das eleições para presidente e extinção dos antigos partidos políticos. Edição do 5º Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho), resultado de anteprojeto encomendado ao TSE pelo Presidente Castelo Branco. É o mesmo código que, com algumas alterações, ainda está em vigor. Principais inovações propostas no anteprojeto e assimiladas no código:

- 1) criação da Corregedoria Eleitoral;
- 2) possibilidade de apuração prévia pelas próprias mesas receptoras, em determinadas condições, ou pelas mesas e juntas, num mesmo local;
- 3) registro de candidatos somente a partir de 6 meses antes das eleições e restrições às campanhas aos três meses anteriores ao pleito;
- 4) cédula oficial para todas as eleições e em todo o país;
- 5) voto no exterior para presidente da República.



1966

Suspensão das eleições para governador e prefeito da capital.



1977

A Emenda Constitucional nº 8 institui a eleição indireta para o Senado, criando o "senador biônico": nas eleições em que 2/3 do Senado fossem renovados, um dos senadores seria eleito indiretamente (senador biônico) pelo mesmo Colégio Eleitoral que escolheria o governador.

1978

O TRE/MG apresenta ao TSE protótipo pioneiro para mecanização do processo eleitoral (A adoção de "maquina de votar" já fora prevista no Código de 1932).

1980

Início da abertura política – A Emenda Constitucional nº 15 (de 19 de novembro) restabelece as eleições diretas para governador e senador. Organização de novos partidos políticos.





1981

Anteprojeto de lei encaminhado ao presidente da República dispõe sobre a utilização do processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais.

1983

Proposta de emenda constitucional (PEC nº 5, de 18 de abril – Dante de Oliveira) para restabelecer eleições diretas para presidente da República: início do movimento das “Diretas Já” que se espalha pelo país até 1984. A emenda não é aprovada;

1982

Aprovada a Lei nº 6.996 (de 07 de junho), que dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais. Retorno das eleições diretas para governador.



1983



O TRE/RS apresenta ao TSE projeto-piloto de automação do cadastro de eleitores do Rio Grande do Sul.



1985

Redemocratização do Brasil – Eleição do último presidente da República por processo indireto: Tancredo Neves é eleito pelo Colégio Eleitoral. Fim do regime militar.



1985

O vice-presidente, José Sarney, assume o governo do país no lugar de Tancredo Neves e torna-se o primeiro presidente da chamada Nova República. Aprovada a Lei nº 7.444 (de 20 de dezembro), que dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e na revisão do eleitorado. Pela primeira vez na história da República, concede-se o direito de voto aos analfabetos.

1986

Recadastramento informatizado – A máquina de escrever é substituída pelo computador e são eliminadas as fichas manuais. Esses procedimentos reduzem as possibilidades de fraude. Em todo o território nacional, são recadastrados 69.371.495 eleitores – Eleição estadual.



1987

Assembleia Nacional Constituinte eleita inicia seus trabalhos no mesmo dia em que é instalada (1º de fevereiro) e promulga a nova Constituição em 5 de outubro de 1988.



1988

Eleição municipal. É promulgada a nova Constituição. A Carta entra em vigor em 10 de outubro; entre as mudanças implementadas estão a redução do mandato do Presidente da República (à época, o Sr. José Sarney), de seis para cinco anos, bem como o dos próximos presidentes para quatro anos, e o voto facultativo para jovens de 16 e 17 anos.



1989



Eleição do primeiro presidente escolhido diretamente pelo povo, após quase 30 anos; na primeira eleição a utilizar dois turnos, Fernando Collor de Mello obtém 20.611.030 votos no 1º turno e é eleito no 2º com 35.089.998 votos; o eleitorado é de 82.074.718. Os TREs são pela primeira vez interligados (mediante canal de voz e de dados) a um computador central instalado no TSE. A recepção das informações, feita num microcomputador 386, é realizada com sucesso.

1990

Eleição estadual – Totalização dos resultados pelas mesas apuradoras, mediante a digitação de dados extraídos de boletins de urna. Lei de Inelegibilidade (Lei Complementar nº 64, de 18 de maio). Estabelece, de acordo com a Constituição, casos de inelegibilidade e prazos de cessação, e determina outras providências.



1992

Eleição municipal – Totalização informatizada da apuração das eleições em aproximadamente 1.800 municípios. Em maio, instala-se Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias contra o presidente da República, Fernando Collor de Mello; abre-se processo de *impeachment*, aprovado na Câmara e no Senado.



1993

Itamar Franco, vice-presidente, assume o governo, após o afastamento de Fernando Collor, que teve cassados os direitos políticos. Como previsto na Constituição, realiza-se plebiscito nacional, em 21 de abril, para escolha da forma e do sistema de governo: monarquia ou república, parlamentarismo ou presidencialismo. Totalização informatizada da apuração do plebiscito em todo o Brasil.



1994

Eleição geral com totalização completamente informatizada; adoção de duas cédulas (majoritária e proporcional). Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente, com um total de 34.377.829 votos, no primeiro turno.



1995

Edição da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096, de 19 de setembro) – Dispõe sobre criação, organização e registro dos partidos políticos, programas e estatutos; filiação, fidelidade e disciplina partidárias; fusão, incorporação e extinção de partidos. A lei cuida ainda de finanças, contabilidade e prestação de contas, fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão pelos partidos.

1996

Eleição Municipal. Início da informatização do voto. Votam na urna eletrônica os eleitores das capitais e das cidades com mais de 200 mil eleitores, num total de 32 milhões de eleitores (32% do eleitorado).





1997

Edição da Lei das Eleições (Lei nº 9.504, de 30 de setembro); trata das coligações, convenções para escolha de candidatos e registros destes; da arrecadação e da aplicação de recursos e prestação de contas nas campanhas; das pesquisas e testes pré-eleitorais; das propagandas, do direito de resposta, do sistema eletrônico de votação e totalização dos votos; das mesas receptoras, da fiscalização e da conduta dos agentes públicos em campanhas eleitorais.

1997

Aprovação da Emenda Constitucional nº 16 (de 04 de junho), que fixa o instituto da reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos, bem como para quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos.



2000

Votação em urna eletrônica em todos os municípios brasileiros para eleger os prefeitos e todos os vereadores, com abrangência da totalidade dos eleitores.

1998

Utilização da urna eletrônica nas eleições para presidente da República, governadores e prefeitos, nos municípios com mais de quatro mil eleitores, totalizando 61 milhões de pessoas (62% do eleitorado); Fernando Henrique Cardoso é reeleito presidente no primeiro turno, com 35.936.916 votos.





2002

Utilização da urna eletrônica em todo o território nacional, nas eleições para presidente, senador, governador, deputado federal e deputado estadual. Compareceram ao pleito 115 milhões de eleitores; Luis Inácio Lula da Silva é eleito presidente da República, após alcançar 39.454.692 votos no primeiro turno e 52.793.364 no segundo.



2004

Eleições municipais com ampla participação de entidades científicas e organismos internacionais na apreciação da *performance* da urna eletrônica. Os processos de votação foram aperfeiçoados, garantindo maior segurança e transparência ao pleito.

2005

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná comemora 60 anos e entrega a primeira medalha do Mérito das Araucárias. Em outubro é realizado o Referendo contra a proibição da comercialização de armas de fogo e munições.



2007

Início do Planejamento Estratégico no TRE/PR.



2008

Inauguração do Fórum Eleitoral de Curitiba.



2009

Curitiba é sede do I Encontro Conjunto de Presidentes e Corregedores da Justiça Eleitoral.



2010

Início da Revisão Eleitoral e Recadastramento Biométrico na cidade de Balsa Nova. Em 2010, 1.136.140 eleitores cadastrados de 60 municípios de 23 Estados brasileiros votaram na urna com leitor biométrico. Dois anos antes, em 2008, a nova tecnologia foi utilizada em três municípios pioneiros neste processo: Colorado do Oeste-RO, Fátima do Sul-MS e São João Batista-SC.



2011

No dia 28 de março de 2011 tem início a Revisão Eleitoral e Recadastramento Biométrico na cidade de Curitiba. O objetivo era a revisão de 80% do eleitorado formado por 1.310.968 eleitores. O processo encerrou-se no dia 20 de janeiro de 2012 com o comparecimento de 1.132.742 eleitores.



2012

A Justiça Eleitoral comemora
80 anos.





Sistema de Gestão da Qualidade CERTIFICADO

O Comitê do Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral certifica o

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná


no seguinte escopo:

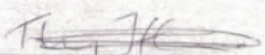
**Autuação e distribuição dos processos nas classes de
habeas corpus, mandado de segurança e ação cautelar**

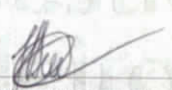
O referido Tribunal implementou e mantém um sistema de gestão da qualidade baseado nos requisitos do Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral, instituído por meio da Portaria-TSE nº 584/2011.

Este certificado é válido até 15 de dezembro de 2014.

Brasília, 13 de março de 2012.


Patrícia Maria Landi da Silva Bastos
Diretora-Geral do TSE


Thiago Fini Kanashiro
Assessor de Gestão Estratégica do TSE


Thiago Henrique Pinheiro de Souza
Coordenador do Escritório de Gestão da Qualidade do TSE

Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entregou no dia 13 de março de 2012 ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, desembargador Rogério Kanayama, uma placa que representa o certificado de qualidade relativo ao trabalho desenvolvido pelo TRE/PR em um projeto piloto de certificação.

Com a supervisão de auditores do TSE, o TRE paranaense implementou uma sistemática no sentido de melhorar as atividades de atendimento a advogados e partes de processos que tramitam naquele tribunal.

De acordo com o então presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, o próprio TSE desenvolveu esse certificado de qualidade com o objetivo de disseminar a adoção de práticas em gestão da qualidade que promovam o uso eficiente dos recursos públicos bem como atendam as necessidades do cidadão assistido pela Justiça Eleitoral.

Ele também anunciou que o TRE do Paraná *"cumpriu a meta de recadastramento biométrico de todos os eleitores da capital, Curitiba, num tempo recorde, demonstrando muita capacidade de trabalho e eficiência"*.

Fontes

Sites e outras referências

www.tse.jus.br
www.wikipedia.com.br
www.tecmundo.com.br
www.balsanova.pr.gov.br
www.curitiba.pr.gov.br
www.fabiocampana.com.br
www.urbs.curitiba.pr.gov.br
www.gazetadopovo.com.br
www.votoemimagens.com.br
Museu - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
Rua João Parolin, 224
Curitiba - Paraná
CEP: 80220-902
Telefone Geral: (041) 3330-8500
www.tre-pr.jus.br



80 ANOS - TRE/PR